

BEATRIZ GOMES DE PAIVA BORDEAUX REGO

ESCOLA, TRABALHO: QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação (Filosofia e História da Educação), à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Newton Aquiles von Zuben.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

COMISSÃO JULGADORA

.....

.....

.....

ESCOLA, TRABALHO: CLASSIFICAÇÃO PARA O TRABALHO

Í N D I C E

	página
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A QUESTÃO DO TRABALHO	4
CAPÍTULO II - PRODUÇÃO: OS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ..	15
CAPÍTULO III - A QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	40
a. Primeiro aspecto da qualificação: a formação técnica	45
b. Segundo aspecto da qualificação: a transmissão de uma ideologia sobre o trabalho	60
c. Terceiro aspecto da qualificação: a seletividade	74
CONCLUSÃO	82
BIBLIOGRAFIA	87

Introdução

O objetivo do presente estudo é o de levantar algumas questões em torno do tema qualificação para o trabalho. Assim, se partirmos da análise do trabalho⁽¹⁾ na sociedade capitalista, considerando sua situação na produção, suas relações, tendências e manifestações, verificamos que uma série de questões se colocam⁽²⁾. São questões que nos levam a melhor compreender a relação trabalho-escola, as possibilidades e limites da proposta que coloca a escola como qualificadora para o trabalho (como é o caso, por exemplo da atual Lei 5692, quando possui como um dos objetivos principais (vide artigo 1º) a qualificação para o trabalho e, também, quando, para tal, institui a profissionalização à nível de 2º grau⁽³⁾).

-
- (1) O tema trabalho é complexo e amplo, podendo ser analisado sob inúmeros outros aspectos. Karel Kosik em seu livro *Dialética do Concreto*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976 nos fornece um excelente exemplo dessa complexidade. Quando se optou por analisá-lo através da perspectiva de uma produção historicamente situada - a capitalista - privilegiou-se um aspecto, o qual foi considerado determinante sobre os demais: o econômico.
 - (2) Especialmente, com as áreas que mais de perto lidam com a problemática do trabalho, no caso, por exemplo, a Orientação Profissional.
 - (3) Sobre a escola como qualificadora para o trabalho temos a estudo de Miriam J. Warde em seu livro, *Educação e estrutura social: a profissionalização em questão*, São Paulo, Cortez e Moraes, 2a. ed. 1979. Nele, há uma análise dos Pareceres 45-72 e 76-75 do CFE, complementos da Lei 5692, os quais definem o sentido da qualificação para o trabalho. Ou o livro de Cunha, L.A., *Política educacional no Brasil: a profissionalização do ensino médio*. Rio de Janeiro, 1977.

Partimos, portanto, da análise do trabalho. No Capítulo I, coloca-se a questão do trabalho de um modo mais amplo, evidenciando-a como o estabelecimento de relações entre os homens, evidenciando-a como ponto nevrálgico na conformação e transformação de uma realidade social. Esta realidade deve ser entendida a partir de um modo de produzir, o qual significa um modo determinado de estabelecer relações, um modo determinado de trabalhar, enfim, um modo de existir.

Já no Capítulo II, o trabalho é especificado: trata-se de compreendê-lo na perspectiva de um determinado modo de produzir - o capitalista. A partir dele, procura-se compreender as tendências de evolução, as relações predominantes (e, portanto, determinantes) que hão de caracterizar o trabalho, seu espaço de manifestação e seus limites.

Detectou-se como tendência básica de produção capitalista, dentro do processo de valorização do capital (o qual norteia o desenvolvimento da produção), a perda de controle sobre o processo de produção por parte da maioria dos trabalhadores (a qual se manifesta através de variados fenômenos: acentuação da divisão técnica do trabalho, perda do domínio de um ofício...). Essa tendência impõe limites ao uso da força de trabalho: trata-se de levar, cada vez mais, o processo de produção a uma independência quanto às habilidades do trabalhador.

Uma vez verificada essa tendência básica do processo de produção - a perda de controle sobre a produção - analisar-se-ã, no Capítulo III o reflexo dessa tendência no uso da força de trabalho e, portanto, na problemática da qualificação para o trabalho através da escola (tomada dentro de seus três aspectos constitutivos: e interdependentes: a forma

ção técnica, a transmissão de uma idéia sobre o trabalho e a seletividade.

Na *Conclusão*, analisar-se-ã o significado mais am plo, além da produção, nas demais esferas da existência cultu ral, dessa perda de controle sobre a produção por parte do trabalhador, enfocando sua interferência na questão da cons ciência e do conhecimento da realidade social e também procu rando entender de que modo afeta a participação política.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO DO TRABALHO

A questão do trabalho como praxis fundamental⁽¹⁾ dentro da realidade social torna-se uma questão nevrálgica e, dela, podemos retirar uma série de questões relevantes.

Desde os Manuscritos de 1844 e A Ideologia Alemã, Marx coloca que o homem se define por sua atividade produtiva e que é o produto de seu próprio trabalho: ser que produz e que, ao produzir, produz a si mesmo. Em O Capital, Marx dedica algumas páginas ao trabalho em geral⁽²⁾, isto é independente das formas concretas que adota em determinadas relações sociais. Esta idéia geral de trabalho se aplica em qualquer formação social e vale para os homens que trabalham em qualquer sociedade. Mais adiante, no próprio O Capital, sendo o interesse de Marx desvendar as relações sociais que os homens contraem em determinada formação social (o capitalismo), o trabalho já não é mais tomado em seu caráter geral, mas é especificado: trata-se do trabalho dentro da sociedade capitalista, trabalho como estabelecimento de determinadas relações sociais, concretas, objetivas. De qualquer modo, o trabalho é analisado dentro de uma mesma perspectiva: a perspectiva das relações que são estabelecidas entre os homens, o que define seu caráter social, o que, por sua vez, define uma realidade social determinada. Essas relações são um pro

(1) Para um aprofundamento sobre o conceito de praxis ver o livro de Vasquez, Sanchez, *Filosofia da Praxis*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

(2) MARX, Karl, *O Capital*, 5a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

duto humano no sentido de que é o próprio homem quem as produz e também as transforma, determinando o caminho da História. (3)

Analisar-se-ã, neste capítulo, o sentido mais geral do trabalho, visto como o estabelecimento de relações entre os homens: um sentido que se adequa a qualquer formação social. Posteriormente, no Capítulo II, analisar-se-ã o sentido mais específico do trabalho, visto como o estabelecimento de determinadas relações entre os homens: relações caracterizadas como capitalistas. O que viria a determinar tais relações? Ou quais os limites impostos às relações entre os homens, as quais configuram uma específica realidade social?

Eis a análise:

É pelo trabalho - praxis produtiva - que o homem transforma a natureza: é pelo trabalho que o homem estabelece determinadas relações com os outros homens, se coloca como ser social, configura, a partir daí, (e é configurado por) um modo de produzir, o qual interfere em todas as demais esferas de sua existência⁽⁴⁾, determinando, portanto, uma realidade social. É pelo trabalho que se coloca a possibilidade de consciência dessa realidade social e, também, a possi-

(3) Ver, em especial, de Vasquez, Sanchez, op. cit., o Apêndice I: O Conceito de Essência Humana em Marx, à página 415 - 432.

(4) "A maneira como os homens produzem os seus meios de subsistência depende antes de mais nada do carácter específico dos meios de subsistência previamente existentes e que eles tem de produzir. Esta forma de produção não deve ser considerada apenas como a reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, ela já é uma certa forma de atividade desses indivíduos, uma certa forma de exprimirem sua vida, um determinado modo de viver. A expressão que os homens imprimem à sua vida corresponde à aquilo que são. Aquilo que são coincide, portanto, com a sua produção - com o que produzem e também como o produzem". Karl Marx citado em Gardiner, Patrick, *Teorias da História*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian 2a. ed., 1974, p. 156.

bilidade de seu conhecimento, uma vez que é essa praxis o fundamento de toda relação humana que se estabelece e que irá constituir a realidade social. Trabalho e História coincidem: a história do como a realidade se constitui e transforma é, enfim, a história do trabalho⁽⁵⁾.

Deriva-se, a partir daí, uma concepção de História: o que determina e caracteriza uma realidade social é o modo como se produz, ou seja, o modo como, através do trabalho, se estabelecem determinadas relações entre os homens:

"Os homens ao elaborarem a sua produção social entram em determinadas relações que são indispensáveis e independentes de sua vontade, relações de produção essas que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade destas relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, a base real em que se estabelecem as superestruturas legais e políticas e a que correspondem determinadas formas de consciência social". (6)

Conhecer, portanto, uma realidade social é tentar conhecer determinado modo de produzir, considerado enquanto um espaço determinado de relações entre os homens. As deter

(5) "A categoria de praxis passa a ser no marxismo a categoria central. À sua luz é que se devem abordar os problemas de conhecimento, da história, da sociedade e do próprio ser. Se, como diz Marx em sua segunda tese sobre Feuerbach, a realidade ou irrealidade do pensamento é uma questão escolástica à margem da prática, os problemas filosóficos fundamentais têm de ser formulados em relação à atividade prática humana que passa assim a ter primazia não só do ponto de vista antropológico - posto que o homem é o que é em e pela praxis - histórico - posto que a história é, em definitivo, história da praxis humana - mas, também gnoseológico - como fundamento e objetivo do conhecimento, e critério de verdade - e ontológico - visto que o problema das relações entre os homens e natureza, ou entre o pensamento e o ser, não pode ser resolvido à margem da prática". Vazquez, A.S. *Filosofia da Praxis*, 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 36.

(6) MARX, K., citado em Gardiner, Patrick, *Teorias da História*, 2a. ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1974, p. 162.

minações desse espaço (como a questão da propriedade dentro do capitalismo) imprimem um limite à praxis produtiva, ao trabalho.

É o trabalho - praxis produtiva - colocado neste sentido, o fundamento e limite do conhecimento. Os limites conferidos ao trabalho, a partir de sua específica situação em um modo de produzir não de interferir no alcance da consciência (limite, possível, alienação) ⁽⁷⁾ e do conhecimento ⁽⁸⁾ (como as ideologias se formam): não de determinar uma forma de apropriação da realidade social.

Lembramos aqui a afirmação de Marx na qual coloca que não é a consciência dos homens que determina a sua existência. Mas, ao contrário, é a sua existência que determina sua consciência:

"Não partimos daquilo que os homens dizem, imaginam, concebem, nem do que se disse, se pensou, se imaginou, ou se concebeu dos homens para se chegar aos homens em carne e osso. Partimos do homem realmente activo para, com base em seu processo real de vida, mostrarmos também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida" (9)

A consciência parte da realidade social, tem-na como conteúdo e, portanto, depende (e se encerra nos limites) da perspectiva em que o indivíduo, através de sua existência e praxis, se coloca na realidade social. Desta forma, a po

(7) Ver: LUKACS, G. "La conscience de Classe" in: *Histoire et conscience de classe: essais de dialectique marxiste*. Paris, Minuit, 1960, pp. 67-107.

(8) Se é através do trabalho que se realizam as transformações da realidade social, é também através dele que se torna possível conhecer e desenvolver conhecimento sobre essa realidade: Aqui a teoria une-se à praxis. Se o objetivo da escola é dentre outros, o de transmitir o conhecimento da realidade social, a possibilidade desse conhecimento pressupõe a reunião trabalho-escola.

(9) MARX, Karl, citado em Gardiner, Patrick, op.cit., p. 159.

sição diferente que os indivíduos, através de seu trabalho, o cupam na produção nos leva a interessantes questões sobre a possibilidade de consciência da realidade social (que é também e principalmente consciência do todo da produção, consciência da dinâmica da sociedade).

A consciência, já que dependente da praxis, especialmente da praxis fundamental - o trabalho - pode encontrar limites configurados pela classe em que o indivíduo se situa: consciência de classe. A possibilidade de conhecimento também tende a se limitar: é conhecimento enquanto classe, conhecimento ideológico. Conhecimento parcial? Seria possível o conhecimento da totalidade da realidade se o indivíduo não se situa no coletivo senão enquanto classe?

O conhecimento da realidade torna-se ideológico e está, como já dissemos e repetimos, na dependência da posição (e interesse) que o indivíduo ocupa nessa realidade (posição na produção e de classe). Essa posição, definindo, em certa medida, as condições de existência e, portanto, de consciência, sujeita esse conhecimento a uma finalidade política (coloca-o na dependência da questão da luta de classes) ⁽¹⁰⁾.

Cada classe possuiria uma explicação para a realidade social, explicação que ou justifica a posição privilegiada, tentando conservá-la (concepções que acreditam na harmonia, equilíbrio, ordem natureza imutável...) ou tentam contestar essa justificação (concepções que colocam o conflito no centro, a transitoriedade, o movimento...). Qual classe estaria mais próxima de compreender a realidade social? Em que

(10) A questão se complica quando pensamos na relação entre o saber e o poder. Que a classe que detém o poder econômico detém também a produção do saber e pode mais facilmente impor como universalmente válida ou científica sua concepção sobre a realidade social (Ver Karl, MARX, em *A Ideologia Alemã*).

posição dentro da produção? Pergunta um tanto difícil.

Por essas e outras questões é que importa evidenciar os limites da praxis, da existência, entender como o indivíduo se situa dentro da realidade social, para melhor entender o que determinará os limites de consciência e do conhecimento. Quais os limites da praxis?

A um nível elementar, o indivíduo já constituído não pode agir de qualquer forma, pois possui uma estrutura biológica determinada que lhe fornece a possibilidade e limite da ação (e pensamento). Determinado no sentido de que sendo x e não y leva a que possa agir de uma forma e não de outra, que possa estabelecer algumas relações e não outras. Ou seja, que possa conhecer (e agir) de uma forma e não de outra. (11)

Nem tampouco, a realidade social, sendo histórica, já constituída (determinada por um passado) e constituindo-se (transformando-se e determinando um futuro), com existência de certa forma independente do indivíduo⁽¹²⁾, admite qualquer praxis: determina um espaço possível de relações entre os homens e, portanto, limita a direção do próprio desenvolvimento dessa realidade social. Essa limitação, inclusi-

(11) Tais limites são especialmente interessantes se pensarmos que as estruturas cognitivas (vide Piaget) tem sua gênese e desenvolvimento na relação entre o indivíduo e a realidade, mediada pela ação. Assim, se as ações possíveis (outros, por exemplo, os limites do momento histórico) fossem diferentes, diferentes seriam as estruturas cognitivas, diferentes as relações e, diferentes as possibilidades de conhecimento.

(12) Quando aqui se fala que a realidade social é de certa forma independente do indivíduo, procura-se evidenciar a questão da coletividade: é o conjunto dos homens o responsável pela transformação da realidade social. O indivíduo enquanto preso ao individualismo (que as ideologias de dominação tanto reforçam) é incapaz de perceber-se enquanto coletivo, reduzindo suas possibilidades de consciência das transformações dessa realidade social, da qual é sujeito e objeto ao mesmo tempo. Reduz-se sua possibilidade de interferência nessas transformações, em sua direção. Não seria este o processo de alienação?

ve, é garantia de reprodução: onde, a reprodução de uma realidade social é a reprodução de um espaço de relações entre os homens. A seguinte citação de Marx nos fornece a dimensão desse limite:

"É supérfluo colocar que os homens não são os arbitros livres de suas forças produtivas, que constituem a base de toda história, pois toda força produtiva é uma força adquirida - o produto da atividade anterior. As forças produtivas são, por isso, o resultado da energia prática humana, mas esta energia se acha, por sua vez, circunscrita pelas condições em que se encontram os homens, pelas forças produtivas já adquiridas pela forma social pré existente, que eles não criaram e que é produto da geração precedente. Em virtude do fato de que toda geração se encontra em posse das forças produtivas criadas pela geração precedente que lhe serve como matéria-prima para o novo processo de produção, existe uma coerência na história humana, se elabora uma história da humanidade quanto mais se desenvolvem as forças produtivas do homem, e, portanto, suas relações sociais" (13)

Nesta perspectiva, podemos compreender as colocações de Marx em Contribuição para a Crítica da Economia Política (14) em que afirma que os homens estabelecem, no ato de produzir, relações indispensáveis e independentes de sua vontade. Essa independência se deve também ao fato de que os indivíduos agirão dentro de um cenário social que, por ser histórico, ter continuidade, é herdado e, portanto, limita o estabelecimento de relações, limita a praxis. Não se invalida, nesta perspectiva, a questão da transformação, apenas coloca sua possibilidade dentro de limites: determinismo histórico. (15)

(13) MARX, Karl, "A Tecnologia como Primer Motor de La Industrializacion y el Cambio Social" In: *El Hombre Industrial*, Buenos Aires, Nuevo Tiempo, 1971, p. 37.
(14) Ver GARDINER, P., op. cit., p. 162.
(15) Determinismo histórico entendido enquanto condições já dadas: "os homens fazem as circunstâncias, assim como as circunstâncias fazem os homens".

Interessa, desta forma, compreender as relações de finidoras do modo de produção capitalista, de modo a compreender aquilo que há de limitar a praxis⁽¹⁶⁾ (e entender, por outro lado, como a praxis limita), especialmente o trabalho: ou seja, compreender quais as relações que são admitidas e que caracterizam esse modo de produzir.

Dentro do modo de produzir capitalista (- totalidade das relações), a questão da propriedade privada dos meios de produção fornece a especificidade das relações que são estabelecidas, determinando um espaço possível de relações, seja dos homens entre si, seja dos homens com a natureza⁽¹⁷⁾.

Tais relações limitam (assim como são limitadas) as possibilidades de manifestação do trabalho, conferindo-lhe um fim específico. O trabalho, portanto, não pode se manifestar de um modo totalmente livre ou arbitrário, deve organizar-se, restringir-se tendo em vista esse fim.

(16) O fato dos indivíduos limitarem suas relações torna possível a convivência social, o desenvolvimento da cultura e da linguagem. Torna também possível o controle e a dominação, devido à possibilidade de previsão do comportamento.

(17) Horkheimer tem em seu livro *Eclipse da Razão*, Rio de Janeiro, Labor do Brasil, 1976, p. 112, um exemplo que evidencia o como um determinado modo de produzir, o qual limita o espaço das relações entre os homens, interfere em todas as demais esferas da existência, interfere na contemplação da natureza: "A história do menino que olhou para o céu e perguntou: 'Papai, que é que a Lua está anunciando?' é uma alegoria do que aconteceu à relação entre homem e natureza na era da razão formalizada. Por um lado, a natureza foi despojada de todo valor ou significado intrínseco. Por outro, o homem foi despojado de todos os objetivos, exceto o de auto-conservação. Ele tenta transformar tudo o que está em seu alcance em um meio para determinado fim. Qualquer palavra ou sentença que insinuem relações que não sejam pragmáticas tornam-se suspeitas. Quando pedem a um homem que adquira algo, que respeite um sentimento ou atitude, que ame uma pessoa por ela mesma, ele fareja sentimentalismo e suspeita que estão querendo levá-lo na conversa ou tentando vender alguma coisa".

Quando o trabalho, dentro da realidade social capitalista (a qual analisaremos no capítulo II), se subjeta ao objetivo de valorização do capital, ao mesmo tempo está definido o espaço das relações entre os homens: relações que acontecem no seio da produção (não somente aí), mas daí interferem em todas as esferas da existência cultural. São relações que, surgindo em função da propriedade privada dos meios de produção, determinam, por exemplo (mas, não só) a posição diferente dos indivíduos na produção; determinam a divisão em classe, uns ao lado do capital, outros do trabalho; determinam o conflito de interesses, capital valorizado, trabalho desvalorizado; determinam a luta de classes e toda a questão da dominação e poder; enfim, são relações que delimitam, definem o cenário através do qual se movimenta a realidade social.

Pensando ao contrário. Inexistindo a propriedade privada, outras seriam as relações possíveis entre os homens, outra seria a realidade social. Não é por acaso que a questão da propriedade privada assume, dentro da ideologia liberal, uma posição central, em torno da qual gira os demais princípios (como os de liberdade, igualdade, segurança, etc...), regulando, deste modo, o espaço possível de relações entre os homens e classes. É o conceito de propriedade que define o caráter de classe dessa ideologia: quando defende o direito à propriedade, é a perspectiva de quem a possui. E também define seu caráter mais universal, colocando a propriedade como aspiração de todo indivíduo. (18)

Podemos retirar, daí, o papel das ideologias, definida como um conjunto de valores, um conjunto de regras de com

(18) Ver para um aprofundamento na ideologia liberal VACHET, André, *La ideologia liberal*, Madrid, Fundamentos, 1973.

portamento, o qual se pretende transmitir. A ideologia teria a função de, como analisaremos no capítulo III, limitar as relações possíveis entre os homens, de admitir algumas como verdadeiras (aquelas, por exemplo, que levam a um comportamento de respeito à propriedade privada, o que justifica determinada realidade social), outras relações como absurdas ou imorais. (19)

Reproduzir determinadas relações significa reproduzir a realidade social, reproduzir um específico modo de produzir e, portanto, um modo de existir. Dito em outras palavras, a reprodução de uma realidade social é a reprodução de um determinado espaço de relações entre os homens.

Definido, no âmbito da produção, o espaço das relações entre os homens, um controle sobre o processo de produção significa também e principalmente, um controle sobre as demais esferas da cultura. Analisar-se-á, no capítulo II, a situação específica do trabalho dentro da produção e, em especial, enfocamos, como eixo central, parte do processo de valorização do capital, a perda de controle sobre o processo de produção por parte do trabalhador, fato que é considerado como a tendência básica de evolução do trabalho dentro do capitalismo.

A relação trabalho-escola

Analisar a questão do trabalho se torna importante para a elucidação das funções da escola na realidade so

(19) Algumas correntes da psicologia (ou psiquiatria) quando colocam dentro dos parâmetros de normalidade determinados comportamentos sociais e condenam como anormais uns outros, nada mais faria do que restringir o espaço das relações entre os homens e, portanto, contribuir para invalidar determinada realidade social.

cial, uma vez que a escola se coloca como, fundamentalmente, escola para o trabalho (vide os objetivos da atual Lei 5692).

Quando, através da escola, se ensina a trabalhar, qualificando-se, tentando engajar o indivíduo em determinado modo de produzir, transmitindo-se valores, transmitindo-se uma concepção de trabalho, o que se faz, em contrapartida, é colocar enquanto válido um espaço restrito de relações entre os homens, um determinado modo de existir dentro da realidade social, considerado como único espaço válido. Constitui-se, nesta perspectiva, o caráter da reprodução de uma realidade social.

Em outras palavras, se a existência social é determinada pelo modo como se produz e, nele, a maneira específica e determinada de se estabelecer relações, através do trabalho. Reproduzir uma sociedade é reproduzir um modo de produzir, é também reproduzir um determinado modo de trabalhar. Eis o papel importante e específico da escola dentro de seu objetivo de qualificar para o trabalho.

Se privilegiamos a relação trabalho-escola, por que não começar pela análise do trabalho dentro da sociedade capitalista e, em específico, onde ele é determinado: dentro da produção. Este é o objeto do capítulo II.

CAPÍTULO II

PRODUÇÃO: OS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Ao se ressaltar, em estudos recentes⁽¹⁾, o papel da escola na questão da reprodução de uma força de trabalho adequada ao modo de produção capitalista, muitas questões se colocam diante do tema qualificação para o trabalho: objeto do presente estudo. Até que ponto a escola contribui para a reprodução da força de trabalho? Ou até que ponto o capitalismo depende da instituição escola para suprir suas necessidades de qualificação?⁽²⁾

Se a questão da qualificação se sujeita ao imperativo da reprodução de uma força de trabalho adequada ao modo de produção capitalista, temos que a questão do trabalho se define a partir da produção e se sujeita ao objetivo dessa pro

(1) Ver, entre outros. ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa, Presença, 1974; BOWLES, S. e GINTIS, H. *Schooling in Capitalist America: Educational reform and the contradiction of economic life*. London, Basic Books, 1976; BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

(2) Uma discussão sobre estas específicas questões temos no recente estudo de Claudio SALM, intitulado *Escola e Trabalho*, São Paulo, Brasiliense, 1980, no qual questiona a eficiência da escola no papel de reprodutora da força de trabalho. Também temos a pesquisa, neste sentido, de ZICCARDI, Alicia. "Educação e Estrutura Ocupacional no Brasil: 1940-1970", In: *Ideologia e Estrutura Ocupacional*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1979.

dução: valorização do capital⁽³⁾.

Sem dúvida, é através da análise das tendências da produção que podemos definir o uso que se faz da força de trabalho, ou seja, o tipo de força de trabalho que é requisitado pela produção⁽⁴⁾, sendo possível compreender a questão da qualificação para o trabalho. Entendendo, nesta perspectiva, que toda modificação que se opera na produção (inovações tecnológicas) leva a que se alterem as formas de uso da força de trabalho (tanto quantitativamente, quanto qualitativamente) e, portanto, as qualificações requeridas. Assim, por exemplo, diferentemente do que na manufatura em que o trabalhador deve dominar a ferramenta, dependendo o processo de suas habilidades, na atual grande indústria, com a introdução da maquinaria, a acentuação da divisão técnica do trabalho e a conseqüente parcelarização das tarefas, cada vez mais o processo de produção independe das habilidades individuais, condição imposta pela valorização do capital.⁽⁵⁾

-
- (3) Inexiste o capitalismo puro. Ao lado das formas capitalistas conservam-se em grau maior ou menor, restos consideráveis de outras formas de relações de trabalho. Em nossa análise, preocupar-nos-emos com as formas de trabalho engajadas nas relações capitalistas. Tal escolha se deve ao fato de que tais relações são predominantes e a escola procura preparar especificamente para este tipo de trabalho.
- (4) Cabe ressaltar um aspecto, o qual esclarece os limites do presente estudo. Ao analisarmos a questão do trabalho na produção, o analisamos de um modo mais geral. O trabalho dentro da realidade brasileira possui suas especificidades que precisam ser analisadas através de outra pesquisa. Diríamos que o trabalho na sociedade brasileira possui as mesmas leis de desenvolvimento do que o trabalho em qualquer sociedade capitalista. No entanto, podemos, por exemplo, questionar se a organização do trabalho é a mesma do que nos países de economia mais avançada. Ou se no Brasil teríamos, em larga escala, o emprego de sofisticada tecnologia se a força de trabalho é tão barata.
- (5) Perspectiva essa de produção que muitos educadores (especialmente aqueles vinculados à área de Orientação Profissional insistem em ignorar, tendo em vista a tendência em encarar a questão do trabalho na perspectiva individual, desligada de qualquer contexto produtivo. Adiante, no capítulo III, quando falarmos da problemática da ideologia sobre o trabalho veiculada pela escola, analisaremos, com mais acuro, esta questão.

É a situação na perspectiva da produção que confere ao trabalho a sua especificidade: é trabalho na produção capitalista. Cabe, portanto, partir da análise dessa produção.

Necessário se faz entender as condições definidoras do modo de produção capitalista, as quais colocam o trabalho nos limites de determinadas relações de produção. Tais relações especificam e limitam as possibilidades de manifestação do trabalho, conferindo-lhe um fim específico: fonte e criação de valor ao capital. E, também, tal contexto acaba por determinar o uso da força de trabalho, tanto no que se refere às qualificações requeridas para dar continuidade e movimento ao processo produtivo, quanto ao que diz respeito à possibilidade de acesso ao trabalho.

Para que o processo de produção capitalista se realize, temos a presença de algumas condições: 1) De um lado, o trabalhador (tornado necessariamente livre), dono de uma única mercadoria — sua força de trabalho⁽⁶⁾ — privado das condições de utilizá-la (separado dos meios de produção), privado de qualquer meio de subsistência (cresce, daí, de importância a questão do direito e acesso ao trabalho). Deve, portanto, vender sua mercadoria: condição subjetiva da produção; 2) De outro, temos os meios de produção (instrumentos de trabalho e matéria-prima) que se constituem na condição objetiva da produção.

(6) Cabe uma distinção entre trabalho e força de trabalho: o trabalho seria a possibilidade de colocar em prática a força de trabalho. O poder fazer alguma coisa implica em habilidades pertinentes ao trabalhador, as quais a escola pretende desenvolver. "A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a fazendo o vendedor dela trabalhar. Este ao trabalhar torna-se realmente no que antes era potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador". Marx, K. O Capital, livro 1, vol. I, 5.ed., São Paulo, Civilização Brasileira, 1980, p. 201.

Ambas as condições — subjetiva e objetiva — são separadas, dentro do capitalismo, pela questão da propriedade. O trabalhador, estando na condição de não-proprietário dos meios de produção, possui apenas a condição subjetiva da produção — a força de trabalho. Essa força de trabalho deve, como mercadoria, ser vendida (possuindo um determinado valor) ⁽⁷⁾ e, portanto, está na dependência da questão do direito ao trabalho: questão que há de configurar a condição do poder vender (acesso ao trabalho) ⁽⁸⁾.

A propriedade dos meios de produção fornece a especificidade do modo de produção capitalista: determina o espaço possível de relações entre os indivíduos, determina as relações de produção, que são relações fundamentalmente autoritárias (dominação e controle versus submissão) e também determina as condições dentro das quais deve o trabalho sujeitar-se (concentração dentro das fábricas, uso da maquinaria, burocracia, acentuada divisão técnica do trabalho, etc...)

Desta forma, aqueles que são donos dos meios de produção são também os donos da produção, podem determinar, em certa medida ⁽⁹⁾, a natureza do trabalho, o tipo de trabalho

(7) Na condição de mercadoria, o valor de uso (utilidade) da força de trabalho é determinado pela necessidade do comprador, definida no âmbito da produção. Desta forma, torna-se um tanto fora de propósito colocar o indivíduo no centro do processo produtivo.

(8) A importância política da escola dar-se-á, como veremos no Capítulo III, com relação a esta questão do acesso ao trabalho: até que ponto a escola interfere no acesso ao trabalho?

(9) "É supérfluo colocar que os homens não são os árbitros livres de suas forças produtivas, que constituem a base de toda história, pois toda força produtiva é uma força adquirida — o produto da atividade anterior..." MARX, K. "A tecnologia como primer motor de la industrialización y el cambio social" in: BURNS, T. *El hombre industrial*. Buenos Aires, Nuevo Tiempo, 1971, p. 37. Existem, portanto, leis próprias que regulam o capitalismo e que dependem, são fruto, das ações do conjunto dos homens e que fogem ao controle do indivíduo.

dor necessário, tanto quantitativamente (no que se refere à questão dos fluxos emprego-desemprego, bem como na questão do exército de reserva)⁽¹⁰⁾, ambas ligadas à questão da acumulação do capital, quanto qualitativamente (no que se refere à questão da qualificação ou não do trabalhador, ligadas às exigências de escolaridade) e, também sobre as condições de trabalho (relativas, por exemplo, à segurança do trabalho), a distribuição e controle do acesso ao trabalho. Um controle que se acentua diante da tendência de evolução do capitalismo em sua forma monopolista manifesta em uma maior concentração do poder econômico (cada vez menos indivíduos tem possibilidade de acesso à propriedade) e, em consequência do poder político.

A partir da questão da propriedade se definem as diferentes posições que os indivíduos têm de ocupar na produção sendo que, daí, se definem as classes sociais⁽¹¹⁾. A seguin-

(10) A condição para compor o exército de reserva é o fato de não tendo propriedade estarem sujeitos à venda da força de trabalho. Alguns estão desempregados à procura de emprego, outros empregados em condições tão precárias que se tornam disponíveis para um assalariamento imediato ver SOUZA, Paulo R. *O que são empregos e salários*. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 41-44.

(11) Não é tarefa simples a definição de classes sociais. Alguns autores (vide GARDINER, J.; HUNT, A.; HIRST, P. *Classes e estruturas das classes*. São Paulo, Ed. 70, Martins Fontes, 1982) como POULANTZAS São acusados de reducionistas porque partem da questão econômica para explicar os demais fenômenos políticos e sociais, que interferem na questão de classes, negando-lhes qualquer autonomia. A questão da luta de classes, importante dentro do cenário político, pressupõe uma identificação clara das diferentes classes sociais e seus respectivos interesses, de modo a identificar uma possível luta. A identificação não é tão simples assim e nem se reduziria aos dois polos: proletariado versus burguesia. O próprio Mills em *A nova classe média*, introduz a classe intermediária. Nicos Poulantzas, na tentativa de identificar a classe operária parte da produção e, em especial, analisa o processo de criação de mais-valia. Nesse processo, distingue entre trabalhadores produtivos e não-produtivos, recorrendo a uma definição do próprio Marx. Trabalho produtivo seria aquele que produz mais-valia, o trabalho da classe operária. Alan Hunt critica essa posição, onde chama atenção para a complexidade do tema.

te citação de Lenin esclarece e sintetiza:

"As classes sociais são grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção historicamente determinado pelas relações de produção que se encontram face aos meios de produção, pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, por conseguinte pelo modo e proporção em que percebem parte da riqueza de que dispõem. As classes sociais são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocupar posição diferente em um regime determinado de economia social". (12)

À nível da esfera de circulação, no mercado, se confrontam o trabalhador — possuidor de sua força de trabalho — e o capitalista — possuidor dos meios de produção⁽¹³⁾. A força de trabalho sem os meios de produção não pode se objetivar, nem os meios de produção podem se colocar em movimento e criar valor. Os meios de produção não agregam valor ao produto, somente o conservam; torna-se necessário o trabalho vivo, único capaz de reproduzir e conservar valor ao mesmo tempo.

Já na esfera da produção, sob o controle do capitalista, temos que o processo de trabalho se constitui na força de trabalho que é consumida, utilizada sobre os meios de produ

(12) De LENIN (*Obras Escolhidas*, Rio de Janeiro, Vitória, 1961, vol. II) citado em AGUIAR, Neuma. "Hierarquias em Classes: uma introdução ao estudo da estratificação social", In: *Hierarquias em Classes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 17.

(13) A seguinte citação mostra o vínculo entre ambas: "O Capital pressupõe trabalho assalariado: o trabalho assalariado pressupõe o capital. Um é a condição do outro; eles se criam mutuamente. Produz o operário de uma fábrica de tecidos de algodão, apenas tecido? Não, produz capital, produz valores que, por seu turno, servem para impor-se sobre seu trabalho a fim de criar, por meio deles, novos valores. O capital só pode multiplicar-se sendo trocado pela força de trabalho, criando trabalho assalariado. A força de trabalho do operário só pode ser trocada pelo capital, aumentando-se esse capital, reforçando o poder de que ela é escrava. O aumento de capital é, conseqüentemente, o aumento do proletariado, isto é, da classe operária." SODRÉ, W. *Fundamentos da Economia Marxista*, Ed. Civ. Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, p. 98.

ção, de modo a transformar o objeto, tendo em vista um fim específico determinado historicamente: valorização do capital. Esses elementos do trabalho se influenciam mutuamente: um aprimoramento dos meios de produção leva a que se altere o uso da força de trabalho, o que, por sua vez, altera a questão da qualificação. Quanto mais desenvolvidos os meios de produção (como no caso do uso da maquinaria), menos dispêndio de força de trabalho será necessário. Por outro lado, para desenvolver esses meios de produção, que devem se tornar mais complexos (tendência de evolução do capitalismo), necessário se faz o uso de uma força de trabalho mais qualificada, tanto para desenvolvê-los quanto para utilizá-los.

O fim específico conferido ao processo de produção capitalista: fonte e criação de valor ao capital, determina a sujeição do trabalho ao interesse do capital e, a partir daí, se define a contradição básica entre capital e trabalho. Onde, a valorização do capital implica em uma desvalorização constante do trabalho (condição para sua acumulação via mais-valia).

"A idéia básica, já exposta, é a de que o processo de trabalho é ao mesmo tempo processo de valorização do capital e deve se submeter a esse objetivo. A ele devem se adequar as alterações na tecnologia, na organização do trabalho, nas qualificações requeridas. Da perspectiva do processo de trabalho, quer dizer, trabalho concreto aplicado na produção de algo útil, os trabalhadores utilizam os meios de produção. Da perspectiva da valorização do capital, são os meios de produção que utilizam o trabalhador e o farão de forma cada vez mais eficaz, no sentido de eliminação progressiva dos entraves que o processo de trabalho possa apresentar ao processo de criação de valor. Estes entraves decorrem das condições naturais do trabalhador, de sua insubordinação e resistência às condições de trabalho que lhe são impostas e dos limites que a sociedade e a natureza impõem à exploração. O objetivo do capital é fazer com que o próprio processo de trabalho se encarregue de, naturalmente, automaticamente, dominar o

trabalho ao invés de ser um constante empecilho. Portanto, todo o processo pode ser visto como sucessivos momentos da crescente subordinação do trabalho ao capital". (14)

A desvalorização do trabalho, através da exploração da força de trabalho, no início do desenvolvimento capitalista, deu-se por intermédio do prolongamento da jornada de trabalho; aumento do trabalho excedente (mais-valia), tendo em vista o trabalho necessário. No entanto, a jornada de trabalho possui um limite de tempo (um dia) o que impede o seu prolongamento e, além do mais, implica em um desgaste excessivo da força de trabalho, o que provocou movimentos reivindicatórios para reduzi-la. Houve a procura de novas formas de geração de mais-valia, o que levou ao desenvolvimento dos meios de produção e, em consequência, mudança nas condições técnicas do trabalho (introdução da maquinaria, acentuação da divisão técnica do trabalho, aumento de seu ritmo). Ocorre, assim, a conversação de parte do trabalho necessário em trabalho excedente (produção de mais-valia relativa). A tendência do capital é a de aumentar o trabalho excedente (ou como Marx chama o impulso vital) e a tendência do trabalho é a de preservar-se e procurar, sob diferentes formas, resistir ao capital (greves, absenteísmo, sabotagem). Explica-se, a partir daí, a necessidade de aumentar a vigilância sobre o trabalhador dentro da produção, expressa em formas específicas de organização desse trabalho (separação hierárquica entre as funções de execução e as de planejamento da execução, burocracia).

A resistência do trabalhador à exploração, causando do empecilhos à valorização do capital, leva a que se procure

(14) SALM, C. *Escola e Trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 63.

destituir desse trabalhador o controle sobre o processo de produção e, em especial, sobre o processo de trabalho: trata-se de torná-lo cada vez mais dispensável (menos qualificado e substituível) e reduzir seu poder de barganha, enfim, seu poder político. (15) A história da evolução da produção capitalista é a história de como o capital subjugou o trabalho. É a história de como a classe que, de início, detém o capital, os meios de produção, mas não o domínio do processo de produção, vai retirando do trabalhador o controle desse processo, tornando-o incapaz de compreendê-lo, tornando-o incapaz de, sozinho, produzir qualquer mercadoria, tornando-o, enfim, dependente e subjugado ao capitalista. É a história de como o processo de produção vai se submetendo ao interesse do capital. É a história de como, no processo de trabalho, o qual sustenta a produção, a força de trabalho (16) (trabalho vivo) vai se deslocando do centro do processo, transformando-se em simples apêndice e colocando no lugar o trabalho morto (meios de produção): predominância do capital constante sobre o capital variável. É a história de como o processo de produção, tornando-se, aos poucos e de certa forma, independente do trabalhador, leva a que este perca, progressivamente, o controle sobre a produção (apropriação do saber). É, enfim, a história de como se dá o domínio de uma classe sobre a outra, domínio que se sustenta no controle

(15) "Para o capital, o trabalhador não é condição alguma de produção, se não que só o é o trabalho. Se ele pode fazer esse trabalho por meio de máquinas, ou simplesmente por meio da água ou do ar, tant mieux. E o capital não se apropria do trabalhador, mas de seu trabalho." ROS-DOLSKI, Roman. *Genesis y Estructura de El Capital: Estudios sobre el Grundrisse*. México, Siglo Veintiuno, 1978, p. 306-7.

(16) Lembro, mais uma vez, a distinção entre trabalho e força de trabalho.

sobre o processo de produção⁽¹⁷⁾, ou seja, o controle do saber fazer, controle da ciência que será aplicada tecnologicamente na produção: é a relação entre saber e poder. E Nöelle Bisseret, na seguinte citação, esclarece essa relação:

"A classe que detem praticamente o poder econômico e político, transformou seus meios de ação. Objetivamente, ela não pode conservar o poder de fato se não assegura a permanência do modo de produção que fundamenta esse poder. Desta forma, o saber cumpre uma função necessária em um duplo sentido: de um lado, o crescimento das forças produtivas implica do pelo sistema de produção repousa essencialmente nas possibilidades de inovação técnica que autoriza a acumulação do saber, definido sob o nome de Ciência. Por outro lado, a posse do saber sob todas as suas formas, é cada vez mais, um meio de legitimar o exercício do poder. A relação de dominação sobre os quais repousam o fundamento do sistema social supõe também a apropriação por uma classe, ao mesmo tempo do poder econômico e do saber institucionalizado." (18)

Essa perda de controle do trabalhador sobre o processo de produção⁽¹⁹⁾ — tônica do capitalismo — é um longo caminho e se inicia desde a manufatura até a passagem para a grande indústria, através de sucessivas modificações que ocorrem no processo de trabalho. Marx as analisa em *O Capital*⁽²⁰⁾ e

(17) A dominação de uma classe sobre a outra se torna viável devido à propriedade dos meios de produção, a qual possibilita o controle sobre o processo de produção. Esse controle, por sua vez, garante um controle sobre as demais esferas da realidade social. Tudo isso remete à relação entre poder e saber: o saber seria a garantia do controle sobre o processo de produção e o poder se sustenta nesse controle.

(18) Bisseret, Nöelle. *Les Inegaux ou la sélection universitaire*, Paris, PUF, 1974, p. 54.

(19) Trata-se do acirramento da alienação. Ver SANTOS, Laymert. *Alienação e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

(20) MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I, livro 1, 5 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, em especial a parte quarta, p. 359 até 576.

Erber (21) assim as resume:

"1) a subordinação de grande número de trabalhadores a um capitalista, sem alterar os meios de produção anteriormente utilizados e mantendo o controle da técnica de produção nas mãos dos trabalhadores, quer seja na forma de "putting out", quer se já reunindo os trabalhadores no mesmo local;

2) o processo de trabalho passa a ser subdividido e as tarefas individuais simplificadas e sistematizadas, ao mesmo tempo que desenvolvem-se instrumentos especiais para cada operação;

3) finalmente, os instrumentos manuais são substituídos por máquinas (mais tarde também fabricadas por outras máquinas) que vão servir de elemento organizador da produção, transformando o trabalhador em um apêndice e servidor da máquina."

A seguir, analisaremos brevemente o desenvolvimento do processo de trabalho — desde a cooperação simples do artesanato passando pela manufatura da base ainda artesanal até o surgimento da grande indústria. O propósito desta análise é mostrar que o que marca o desenvolvimento do processo de trabalho é a sucessiva perda de controle por parte do trabalhador sobre a produção, questão que há de interferir na problemática da qualificação para o trabalho, determinando-lhe o conteúdo e os objetivos.

Na cooperação simples, o processo de trabalho é indivisível ou subdividido em poucas operações, sem que, no entanto, o trabalhador se especialize em uma só operação. Cada trabalhador devia (ou pode) realizar toda a seqüência de operações necessárias à criação do produto, o que constitui o do

(21) ERBER, Stefano. "A importância do estudo do processo de trabalho — uma introdução", In: *Processo de Trabalho e Estratégias de Classe*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pg. 1.

mínio de um ofício, o qual coincide com o domínio do processo de produção.⁽²²⁾

Com a manufatura — metade do século XVI e último terço do século XVIII — o processo de trabalho (que ainda mantém uma base artesanal) será decomposto em uma série de operações parciais, realizadas, não mais por um só indivíduo, mas distribuída a indivíduos diferentes: a cada qual se atribui, de um modo permanente, uma só operação. Inicia-se o processo de divisão técnica do trabalho⁽²³⁾ e a conseqüente especialização do trabalhador.

A atribuição de uma tarefa a um trabalhador leva a três principais conseqüências. Primeiro, torna a atividade unilateral. Assim, ao contrário do trabalho artesanal da cooperação simples em que as habilidades requeridas se desenvolvem no trabalhador de uma forma multilateral; na manufatura, só algumas habilidades são utilizadas de um modo unilateral. A partir daí, é possível estabelecer uma hierarquia entre as funções, tendo em vista seu grau de complexidade e a habilida

(22) "Desde tempos imemoriais até a Revolução Industrial o ofício ou profissão qualificada eram a unidade básica, a célula elementar do processo de trabalho. Em cada ofício admitia-se que o trabalhador era senhor de um acervo de conhecimento acumulado de materiais e práticas pelas quais a produção era realizada no ofício. Oleiro, curtidor, ferreiro, tecelão, carpinteiro, pedreiro, moleiro, vidreiro, sapateiro e outros, cada qual representando um ramo da divisão social do trabalho, era um depositário da técnica humana para os processos de trabalho daquele ramo. O trabalhador combinava no corpo e na mente os conceitos e habilidades físicas da especialidade: Técnica compreendida deste modo é, como não raro se observou, a predecessora e genitora da ciência." BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 100.

(23) Há uma distinção que BRAVERMAN, op. cit., lembra entre divisão social do trabalho e divisão técnica do trabalho à p. 70. "A divisão do trabalho na indústria não é de modo algum idêntica ao fenômeno de distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através da sociedade, porquanto, embora todas as sociedades conhecidas tenham seu trabalho dividido em especialidades produtivas, nenhuma sociedade como o capitalismo subdividiu o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas".

de correspondente.⁽²⁴⁾

Segundo, há uma restrição da esfera de ação do trabalhador dentro da produção, consequência da especialização. Antes na produção artesanal, o trabalhador participava de toda sequência de operações dentro da produção, o que caracterizava o domínio de um ofício. Com a manufatura, estando restrito à determinada operação, tem sua esfera de ação limitada e, aos poucos, perde o domínio de um ofício.⁽²⁵⁾

Essa perda do domínio de um ofício, associada à não propriedade dos meios de produção, leva a que o trabalhador se torne mais dependente e sujeito ao capitalista⁽²⁶⁾. Na manufatura, apesar de perder gradativamente o domínio de um ofício, o trabalhador ainda mantém certo grau de independência, já que o processo de produção, mantendo bases artesanais, se sustenta ainda na perícia manual.

"Com efeito, um processo de trabalho subdividido em operações homogêneas ou do mesmo tipo não requer que cada indivíduo deva se especializar e realizar sempre uma determinada operação: pode em cada oportunidade mudar o tipo de operação que desempenha, segun

-
- (24) Ao estabelecer tal hierarquia torna-se possível falar em indivíduos mais e menos aptos. A aptidão é, portanto, um conceito que se define a partir e em função do trabalho.
- (25) A perda do domínio de um ofício pode bem ser caracterizada através do seguinte exemplo: Uma operária que trabalha em confecção é capaz de efetuar todas as tarefas que levam à confecção de um vestido, mas nem por isso seria capaz de fazer este vestido com a agulha: obra de costura. Ver FRIEDMAN, G. *O trabalho em Migalhas: Especialização e Lazeres*. Perspectiva, 1972, p. 33.
- (26) "Enquanto a subordinação formal supõe o trabalhador livre de instrumentos e meios de subsistência, a subordinação real implica em que seja livre também de profissionalização no sentido do domínio de um ofício". SALM, Claudio. *Escola e Trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 71.

do a necessidade do momento. Em última análise, o operário está sempre na posse de um ofício completo (no sentido artesanal do termo), embora em determinadas condições realize apenas uma ou algumas das diversas operações exigidas por e-se ofício." (27)

Terceiro, há um aumento da eficiência. Se antes, ao participar de todas as operações pertinentes ao processo de produção implicava em uma descontinuidade no ritmo do trabalho: o trabalhador tem que mudar constantemente de local e de instrumentos. Agora, ao executar uma só operação, é possível manter ou acelerar o ritmo do trabalho, consequência da repetição e da especialização, pois havendo repetição de operações, ocorre a intensificação do ritmo do trabalho, o que leva a um aumento da eficiência e produtividade.

Sintetizando, na manufatura, cada operário se especializa na execução de apenas uma (ou de um pequeno número) operação. Com isso, fracciona-se a produção em uma série de operações isoladas, acentuando-se a divisão técnica do trabalho. Operações complexas, que exigiam longo período de aprendizagem, são reduzidas a tarefas simples, fáceis de serem realizadas.

A especialização se difunde não somente entre os trabalhadores, mas também entre os instrumentos de trabalho. Estes são aperfeiçoados e, cada vez mais, adaptados às operações específicas, o que também interfere na questão da qualificação do trabalhador. De um lado, o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho dispensa o uso de determinadas habilida-

(27) PALMA, Armando de. "A organização capitalista do trabalho em 'O Capital' de Marx". In: *A divisão capitalista do trabalho*. Lisboa, Iniciativas ed., 1976, p. 19.

des do trabalhador, simplificando sua qualificação; de outro , exige com que o trabalhador aprenda a utilizar adequadamente estes novos instrumentos, exigindo novas qualificações. (28)

A manufatura teve a função histórica de preparar as condições necessárias para a transição à produção mecanizada. Em primeiro lugar, como vimos, a manufatura acentuando a divisão técnica do trabalho simplificou as operações, reduzindo-as a movimentos tão simples que tornou possível a substituição da mão e habilidade do trabalhador pela máquina. Em segundo lugar, o desenvolvimento da manufatura trouxe a especialização dos instrumentos de trabalho e, por isso, tornou possível a passagem dos instrumentos manuais para as máquinas. Em terceiro lugar , a manufatura preparou o trabalhador para a grande indústria, tendo em vista sua longa especialização em determinadas operações.

Com a introdução da maquinaria, o processo de trabalho perde, quase que inteiramente, sua base artesanal: as operações manuais são, aos poucos, incorporadas às máquinas. O trabalhador é, desta forma, deslocado do centro do processo, tornando-se mero apêndice. É a máquina o centro do processo e nela se concentram as habilidades e destrezas.

(28) Trata-se de uma questão complexa. Por outro lado, a própria complexidade tecnológica (cujo ponto culminante seria a automação) tem como objetivo tornar a produção cada vez mais mecanizada, mais automatizada, de modo a que se torne desnecessária a utilização de grande número de trabalhadores qualificados. É condição para uma maior acumulação de capital que se eliminem os entraves não possíveis de um controle, tais como os entraves de ordem subjetiva (insubordinação do trabalhador ou como eliminar a dependência face a uma força de trabalho qualificada, nem sempre fácil de sê-lo.

"Em contraposição à manufatura, na grande indústria, a revolução do modo de produção parte não da força de trabalho, senão dos meios de trabalho. Mas isto modifica na raiz a relação original entre o operário e o meio de trabalho. Em lugar do ofício submetido ao trabalhador, aparece agora, um 'monstro animado' que 'objetiva o pensamento científico e é o coordenador', de modo que, o operário individual existe (...) como acessório vivo e isolado desta unidade objetiva. A diferença, pois, da ferramenta simples, a máquina e mais ainda a maquinaria como sistema automático, 'em nenhum aspecto surge como meio de trabalho do operário individual. Sua diferença específica, de modo algum é como no caso do meio de trabalho, a de transmitir ao objeto a atividade do operário, senão que se acha colocada de tal maneira que não faz mais do que transmitir a matéria prima, o trabalho ou ação da máquina, a qual vivia e preserva de avarias. Não é como no caso do instrumento ao que o operário anima, como a um órgão, com sua própria destreza e atividade, e cujo manejo depende, portanto, da sua virtuosidade. Se não, a máquina dona, em lugar do operário, da habilidade e da força é ela mesma a virtuosa, possui a própria, presente nas leis mecânicas que operam nela. A atividade do operário, reduzida a uma mera abstração da atividade, está regulada e determinada pelo movimento da maquinaria, e não o inverso." (29)

A máquina como centro do processo produtivo revela duas tendências opostas, as quais, inclusive, evidenciam a contradição entre capital e trabalho, parte do mesmo processo de valorização do capital:

- a) De um lado (do lado do capital), a valorização da máquina denota o privilégio do capital constante sobre o capital variável como tendência predominante dentro do processo de valorização do capital. Explica-se, a partir daí, a tendência para tornar a produção cada vez mais científica (como Marx diz, a produção passa a se constituir na aplicação tecnolôgica da Ciência): trata-se da necessidade de acrescentar con

(29) ROSDOLSKI, Roman. *Genesis y estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*. México. Siglo Veintiuno, p. 275-6. (Biblioteca del pensamiento socialista).

tinuamente potência aos meios de produção e também trata-se da necessidade de organizar, de um modo racional, o trabalho (o uso da força de trabalho), reflexo da necessidade de melhor controlá-lo;

- b) De outro lado (do lado do trabalho) e, em decorrência, a desvalorização da força de trabalho e, dentro desse processo, temos algumas tendências: 1) reduzir a interferência do trabalhador no processo produtivo, seja retirando-lhe gradativamente o controle sobre esse processo com a redução do conteúdo do trabalho (reflexo da extrema parcelarização), não permitindo sua participação nas decisões sobre a produção e, ainda, tudo isso reforçado pela forma específica de organização do trabalho (separação hierárquica entre as funções, burocracia, etc).

Explicitando essas tendências:

Se a manufatura, mantendo uma base artesanal ainda depende da habilidade manual do trabalhador, permite a esse trabalhador participar e interferir nas decisões sobre o processo de produção: ele decide a forma a dar a um objeto, sobre o uso dos instrumentos de trabalho, sobre o tipo mais adequado de operação.

A valorização dos meios de produção (capital constante) em detrimento da força de trabalho (capital variável), como o demonstra o uso da maquinaria, leva a uma interessante modificação na relação (mediatizada pelos instrumentos de trabalho) entre o trabalhador e a natureza⁽³⁰⁾, conferindo-lhe uma ca

(30) Ver NAPOLEONI, Claudio. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981.

racterística peculiar que vem a denotar o processo de perda de controle sobre a produção por parte do trabalhador. Ao invés de ser o trabalhador quem se utiliza dos instrumentos de trabalho de modo a transformar um objeto, controlando, de certa forma o processo de produção, essa relação se inverte. Os instrumentos, com a maquinaria, não estão mais na posição intermediária e não desempenham mais a função de mediação, passam a ser determinantes e são eles que se utilizam da força de trabalho, ditam a cadência do processo, tornando-se essa força simples apêndice. Assim, a força de trabalho passa a ter a função de mediação e, portanto, instrumental.⁽³¹⁾

Com a introdução da maquinaria e a conseqüente concentração do trabalho no sistema de fábricas, o poder decisório do trabalhador sobre o processo produtivo se reduz, agravando a perda de controle sobre esse processo, que coincide com a perda do domínio de um ofício.

Ao perder esse domínio (com a acentuada divisão técnica do trabalho, a qual simplifica as tarefas, com a consequente desqualificação do trabalho e independência gradativa do processo quanto às suas habilidades) torna-se um trabalhador parcelar, restrito às mínimas operações, reduzido à mero executor, impedido de idealizar a produção, torna-se dependente, incapaz de, sozinho, produzir qualquer mercadoria.⁽³²⁾

(31) Com isso determina-se a possibilidade e limite do uso da força de trabalho, ou seja, o uso das habilidades e aptidões que a educação se propõe a desenvolver e, portanto, da questão da qualificação para o trabalho.

(32) "A divisão detalhada do trabalho significa, naturalmente, que o indivíduo não realiza do começo ao fim o processo de produção até obter o produto final: mas significa também que, nas condições modernas, o processo é invisível para ele. O produto como objetivo de seu trabalho é separado dele, tanto do ponto de vista legal, quanto psicológico, e essa separação tira toda a significação que ele poderia encontrar na técnica de produção. MILLS, W. *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 243.

Também no sentido de perda do controle sobre o processo de produção, alguns autores, como Marglin⁽³³⁾, situam o surgimento do sistema de fábricas⁽³⁴⁾. A fábrica surgiria não como uma necessidade técnica para aumento da produtividade do trabalho, já que favorece a reunião desses trabalhadores, antes dispersos. Muito mais, a reunião desses trabalhadores, que ainda no início dominavam o processo de produção (o saber fazer) garantiria ao capitalista a transferência desse domínio: trata-se da necessidade de controle sobre o processo de produção. Estabelece-se, com o sistema de fábrica, um rígido controle sobre o trabalho através da vigilância que se sedimenta em um sistema de hierarquia, baseado na separação entre as funções de execução e as funções de planejamento de execução.

Vejam a seguinte citação:

"Se do lado do 'putting-out system', o dispositivo do mercado fazia com que o saber técnico detido pelos trabalhadores domésticos representasse um momento de autonomia quanto ao domínio do processo de trabalho, na fábrica, a divisão social, impondo uma disciplina férrea aos trabalhadores, retirava-lhes saberes -- dentre eles, o técnico -- e transferia-os

- (33) "Do mesmo modo, a origem e o êxito da fábrica não se explicam por uma superioridade tecnológica, mas pelo fato dela despojar o operário de qualquer controle e dar ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho e a quantidade a produzir. A partir daí o operário já não é livre para decidir como e quanto quer trabalhar para produzir o que lhe é necessário tem que optar por trabalhar nas condições do patrão ou não trabalhar de todo o que, na prática, não lhe deixa escolha." MARGLIN, S. "Origens e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões?" In: GORZ, André (org.) *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo. Martins Fontes, 1980, p. 41 (Novas Direções).
- (34) Marx usa o termo fábrica para designar o local de trabalho que corresponde à fase concreta do desenvolvimento industrial capitalista, caracterizado pelo uso generalizado das máquinas. Ver PALMA, Armando de. "A organização capitalista do trabalho em O Capital de Marx". In: *A divisão capitalista do trabalho: como o capitalismo organiza o trabalho*. Lisboa Iniciativas. 1976 (Col. Sec. XX-XXI)

para o mando do capitalista. A partir desse momento, o empresário pode desenvolver toda uma estratégia para que o processo tecnológico não fugisse mais de seu controle. Por isso mesmo, na ordem social, um conjunto de instituições iria aparecer para que, principalmente, pudesse ser garantida a permanência e o controle do capitalista no âmbito do domínio da técnica produtiva e, logo, em seguida, transformasse todo o registro de saberes técnicos." (35)

Essa perda do saber técnico (perda do ofício) é, portanto, perda do poder de participação nas decisões sobre a produção, como se afirma na forma em que a organização do trabalho assume.

Se de um lado a decomposição do processo de trabalho em uma série de operações realizadas por diferentes indivíduos vem solucionar a questão da descontinuidade do trabalho artesanal; por outro lado, lança outros problemas tais como a necessidade de coordenação entre as diversas operações, de modo a garantir uma eficiência maior do processo de trabalho. Inclusive, essa subdivisão do trabalho em operações simples que se encadeiam acaba por levar ao princípio da organização científica do trabalho: taylorismo.

A direção⁽³⁶⁾ teria, portanto, a função de coordenar os diferentes trabalhos individuais, realizados em cooperação, tendo em vista o objetivo comum atribuído à produção. Dentro da produção capitalista, cujo objetivo é o de valorização do capital, a cooperação, a direção e as formas de organização

(35) DECCA, Edgar de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo, Brasiliense, Col. Tudo é História, 1982, p. 36-37 (Tudo é história, 51)

(36) "Qualquer trabalho social ou coletivo em grande escala requer em maior ou menor medida uma direção que estabeleça uma coordenação harmônica entre as atividades individuais e execute as funções gerais que emanam da contradição entre o movimento do conjunto do corpo produtivo e os movimentos realizados pelos elementos individuais". de MARX, K. citado em DE PALMA, Armando. op. cit..

do trabalho assumem determinadas características. É nesta perspectiva, que se pode compreender as sucessivas modificações que se introduzem na organização do processo de trabalho: trata-se de tentativas de adequar esse processo a um fim que lhe é antagônico, ou seja, produzir mais-valia.

Assim, a cooperação, dentro da produção capitalista sustentar-se-á através de uma forma específica de direção, a direção autoritária⁽³⁷⁾. A direção autoritária tem como função levar o trabalho realizado por diferentes trabalhadores a atingir esse fim antagônico e se coloca, portanto, contra a resistência do trabalhador. Deve controlar seu comportamento, não somente no sentido de respeito às normas de organização do trabalho (respeito à divisão técnica do trabalho, à autoridade, à hierarquia), como também no sentido de fiscalizar o emprego dos meios de produção, evitando sua má utilização (sabotagem). Desenvolvem-se uma série de normas de controle (necessárias em qualquer contexto produtivo), e ainda normas de repressão próprias e específicas da cooperação capitalista, que se constitui na base da organização do trabalho.⁽³⁸⁾

Agora na fábrica, é a direção quem decide sobre as modalidades de funcionamento e organização das máquinas e do trabalho. As únicas operações reservadas ao trabalhador re

(37) Ver BENDIX, R. *Trabajo y Autoridad en la Industria*. Buenos Aires, Eudeba, 1966.

(38) Nesta perspectiva, pode-se melhor compreender o fundamento dos conteúdos das ideologias sobre o trabalho transmitidas pela escola. O seu objetivo é invariavelmente o mesmo: tentar conciliar o objetivo da produção capitalista — valorização do capital e mais-valia — com a resistência do trabalhador.

duzem-se aos serviços auxiliares de vigilância, correção e ali mentação das operações realizadas pelas máquinas. Fala-se em au tomação, em robotização.⁽³⁹⁾

Libertando-se dos entraves subjetivos (habilidade do trabalhador e sua possível resistência), o processo de traba lho se torna mais objetivo e racional (vide taylorismo). Essa objetividade culmina com a aplicação da Ciência aos problemas da produção, o que permite com que as operações sejam transferidas dos trabalhadores para as máquinas.

Retirar do trabalhador o controle sobre o processo de produção e, ao mesmo tempo, garantir a expansão e valoriza ção e privilégio dos meios de produção (trata-se de aumentar a sua potência, o que leva à necessidade de constantes inovações tecnológicas), requer a presença constante da Ciência que será aplicada tecnologicamente na produção. Não somente como forma de garantir o desenvolvimento dos meios de produção, mas também como forma de interferir na organização do trabalho (fala-se em gerência científica, em racionalização, etc...) ⁽⁴⁰⁾

(39) "Mesmo no nível das profissões liberais, para não falar no operariado e nos empregos inferiores da categoria dos colarinhos-brancos, a possibilidade de desenvolver e usar a razão individual é com frequência des truída pela centralização das decisões e a racionalização formal da bu rocracia. Assim, a expropriação realizada pela moderna organização do trabalho foi além da simples destituição da propriedade: a própria ra zão foi expropriada do trabalho e toda visão total e compreensão de seu processo. O indivíduo que não é mais livre para organizar o seu traba lho, muito menos para modificar os planos aos quais está subordinado : torna-se objeto de gerência e manipulação". MILLS, W. *A nova classe mē dia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 243.

(40) "O pleno desenvolvimento do capital tão somente tem lugar quando o meio de trabalho se apresenta frente ao trabalho na qualidade de máquina: o processo inteiro de produção não aparece subjugado à habilidade direta do trabalhador, mas como aplicação tecnológica da ciência. Dar à produ ção um caráter científico é, enfim, a tendência do capital e se reduz o trabalho a mero fator desse processo". ROSDOLSKY, Roman. *Genesis y es tructura de el Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*. México, Siglo Veintiuno, 1978, p. 276.

Se a produção passa a se constituir em uma aplicação tecnológica da ciência, essa função de coordenação, planejamento, há de ser exercida por aqueles que dominam o saber científico, possuindo uma visão mais geral da produção (relação entre saber e poder). A maioria dos trabalhadores, afastada do domínio da Ciência, perde a noção do todo da produção e acaba por justificar a existência de quem coordene e organize a produção e controle seu trabalho (aceitando, inclusive, as ideologias sobre o trabalho).

A separação entre trabalhadores manuais e intelectuais, conseqüência da necessidade de controle⁽⁴¹⁾ sobre a produção e reforçada pelos princípios da gerência centralizada, revela a existência, dentro da produção, da separação entre a execução e o planejamento da execução. A legitimação dessa hierarquia entre ambas as funções⁽⁴²⁾ dar-se-á baseada no fato de que aqueles que exercem as funções de modo a serem detentores de determinado saber sobre a produção, o qual leva a que controlem e dominem (mediante o planejamento antecipado da produção e mediante o estabelecimento de normas de controle e repressão so

(41) O conceito de controle adotado pela gerência moderna exige que cada atividade na produção tenha suas diversas atividades paralelas no centro gerencial, cada uma delas deve ser prevista, calculada, experimentada, comunicada, atribuída, ordenada, conferida, inspecionada, registrada através de toda a sua duração e após sua conclusão. O resultado é que o processo de produção é reproduzido, em papel, antes e depois que adquire uma forma concreta". BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 113.

(42) O critério de hierarquização, o qual implica na atribuição de um valor diferente aos trabalhos, encontra uma explicação na função em que cada qual assume dentro da produção: quanto mais próximas do capital e de sua valorização, mais valorizadas.

bre o trabalho), sob as formas de planejamento da execução⁽⁴³⁾.

A perda de controle sobre a produção por parte do trabalhador tem um significado muito mais amplo do que simplesmente perda do saber técnico, do saber fazer, do domínio de um ofício. Define também (e principalmente) um espaço de participação dentro da produção: a perda do saber técnico é também perda do poder de participação nas decisões sobre a produção, perda, portanto, do poder político, impossibilidade de resistência. Isto interfere, como vimos, nas formas de organização do trabalho, interfere, em especial, na possibilidade de consciência de todas as determinações que caracterizam a série de relações dentro da produção. É o acirramento do processo de alienação: característica marcante dentro do capitalismo.

Dentro desta perspectiva é que podemos analisar a questão da qualificação para o trabalho. O domínio de um ofício possuía um sentido mais amplo dentro da manufatura e coincide com o domínio da produção e não pode ser entendido da mesma forma dentro da indústria, da fábrica. Nela, o domínio do ofício (ou profissão) não habilita ao domínio do processo de produção. Isto não é mais possível tendo em vista a acentuada divisão técnica do trabalho. E podemos até afirmar que a tendência de qualificação para o trabalho dentro da escola (cada

(43) "... todos esses aspectos da produção foram retirados do interior da oficina e transferidos para o escritório gerencial. Os processos físicos agora executados mais ou menos cegamente não apenas pelos trabalhadores que o executam, mas, com frequência, por categorias mais baixas de superiores. As unidades de produção operam como a mão vigiada, corrigida e controlada por um cérebro distante". BRAVERMAN, H. op. cit., p. 113.

vez mais próximas do treinamento) contribui para essa perda de controle sobre a produção por parte do trabalhador individual. Especialmente, quando assume um sentido mais restrito como é o caso dos cursos de treinamento, onde a tônica é ensinar a operar determinada máquina dentro de uma restrita unidade produtiva. Operar uma máquina é bem diferente da compreensão da máquina e não possibilita um domínio do todo de determinada produção.

CAPÍTULO III

A QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO

No capítulo II, analisamos a questão do trabalho dentro da perspectiva da produção, sendo possível destacar algumas de suas tendências e características, as quais não de influenciar e determinar a relação entre escola e trabalho e, em consequência, a questão da qualificação.

Detectamos, como ponto central, nessa análise, a perda de controle sobre o processo de produção por parte do trabalhador, que vem a constituir parte do processo de valorização do capital, que caracteriza a evolução do processo de trabalho dentro do modo de produção capitalista. Essa perda de controle se traduz em uma série de fenômenos:

1. Pouco a pouco o trabalhador perde o domínio do ofício, perde o saber técnico que lhe garantia o domínio sobre o saber fazer, enfim, sobre a produção. Não mais participa de todas as operações que compõem o todo da produção, se especializa, se torna parcial, unilateral, dependente dos demais⁽¹⁾. Ao se qualificar para o trabalho, através da escola, se transmite uma série de conhecimentos parcelados, de acordo com a divisão técnica do trabalho (o currículo se es

(1) A necessidade tão promulgada de interdisciplinaridade, ou seja, de comunicação entre os diferentes conteúdos das diferentes ciências nos revela a dialética do controle sobre a produção. Se a necessidade desse controle, associada à questão de manutenção do poder e dominação, levou à acentuada divisão técnica do trabalho, levou também à especialização da ciência, subdividida em inúmeras áreas. Essa subdivisão da ciência, por outro lado, significa uma perda de controle sobre a produção, já que é impossível dominar todos os seus conteúdos e sua aplicação dentro da produção.

trutura de acordo com ela) que acaba por levar o indivíduo a apenas dominar um restrito pedaço da produção, mas não leva a que domina (ou ao menos compreenda) o todo desse processo, que é fundamental para a compreensão da realidade social e, portanto, da postura política;

2. Pouco a pouco o trabalhador que de centro do processo de produção (como na manufatura que depende de suas habilidades) é deslocado e se torna mero apêndice e dá lugar à máquina que absorve grande parte de suas habilidades. A questão da qualificação da força de trabalho que antes significava o desenvolvimento de habilidades para o domínio de um ofício completo, agora significa adaptação dessa força de trabalho ao uso da maquinaria⁽²⁾. Se é na máquina que se encerram as habilidades e destrezas, cabe ao trabalhador adaptar-se ao seu ritmo, ocorre uma desvalorização do uso da força de trabalho. Essa desvalorização se reflete à nível da escola, na tendência para a redução dos conteúdos dos currículos⁽³⁾ que acompanharia a redução do conteúdo da maioria dos trabalhos, enfim, na tendência para reduzir a escola, especialmente no 2º grau profissionalizante, a um mero treinamento (dentro dos moldes mais eficientes e rápidos do SENAI e SENAC). Mais uma vez não se trata de levar à compreender o processo de produção enquanto relações, e, a partir dele, as questões cruciais dentro da realidade social;

(2) É por isso que hoje tanto se valoriza no trabalhador as habilidades com velocidade e destreza, atenção, concentração reflexo da maquinaria.

(3) Warde cita em seu livro *Educação e Estrutura Social: a profissionalização em questão*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1977, a existência de duas correntes opostas dentro da questão da composição curricular do 2º grau profissionalizante. Uma que defende o predomínio da educação geral sobre a específica, a outra o inverso, cada qual refletindo posturas diferentes com relação a reduzir o currículo ao treinamento.

3. Pouco a pouco o trabalhador que participava das decisões sobre o processo de produção, garantindo pela unidade entre mão e cérebro (execução e planejamento), perde esse poder. Separam-se as funções de execução e as funções de planejamento: um representa a perda de saber técnico, a outra representa o domínio de um saber científico que será aplicado na produção. Não dominando esse saber científico, o trabalhador perde o controle sobre o processo de produção, uma vez que perde o poder de participação nas decisões sobre a produção, perde, portanto, o poder político de nela interferir. Isto também afeta a possibilidade de consciência de todas as determinações que caracterizam a série de relações dentro da produção: torna-se impossível compreendê-la; acirramento do processo de alienação.

A questão da qualificação para o trabalho através da escola nada mais faria do que reforçar essa perda de controle sobre a produção. Quando se qualifica uma força de trabalho para participar da produção, ensina-se, antes de mais nada, e principalmente, a como se comportar no trabalho (como, por exemplo, suportar o rígido sistema de vigilância sobre o trabalho), a dominar restritas operações. O que não se ensina é entender as relações que se estabelecem dentro da produção, as quais envolvem toda a problemática de propriedade privada, da dominação, do poder, da desigualdade social, ou seja, questões políticas cruciais dentro da realidade social. Por isso é que a escola, dentro de determinado papel político, se refere à produção em geral, destituída de relações e, dentro dela, ao trabalho em si, realizador do indivíduo, de suas aptidões: este será o conteúdo predominante, como analisaremos mais adiante, da ideologia sobre o trabalho que a escola transmite.

A perda de controle sobre a produção por parte do trabalhador se coloca, como já vimos, como uma necessidade imposta pelo processo de valorização do capital. O controle da produção por parte de determinada classe (que detém os meios de produção e o saber institucionalizado) se constitui na base de toda dominação e poder dentro da sociedade. Reproduzir este controle significa, de um lado, reproduzir tal qual é determinado modo de produzir, com todas as suas relações determinantes. Se a questão da qualificação para o trabalho contribui para reforçar esse processo, é aí que devemos buscar o conteúdo do processo de reprodução da sociedade capitalista por intermédio da escola.

Nesta perspectiva, a colocação da questão do trabalho como privilegiada (e daí privilegiar a relação trabalho-escola) decorre de uma determinada concepção sobre a dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista, a qual foi explicitada no Capítulo I. Essa dinâmica, em suma, é colocada em função de como se dá a produção, como produzindo os indivíduos estabelecem determinadas relações de produção, as quais influenciam as demais esferas da existência, determinando uma realidade social. A reprodução da dinâmica de funcionamento dessa sociedade é tida como a reprodução desse modo de produzir e, portanto, das relações aí estabelecidas, as quais se manifestam concretamente na forma com que o trabalho se organiza. Daí ser o trabalho e, dentro da problemática educacional, a relação trabalho-escola, mediada pela qualificação, a questão nevrálgica. A reprodução do modo de produzir é, fundamentalmente, a reprodução de um determinado modo de trabalhar, o que significa um determinado modo de estabelecer relações (que configura uma determinada realidade social).

Assim, a função da escola na questão da reprodução se define, portanto, a partir da relação entre escola e trabalho⁽⁴⁾. Especialmente, quando a escola prepara, não para qualquer trabalho, mas para aquele engajado nas relações capitalistas de produção⁽⁵⁾. E o faz de três maneiras:

- a) Quando pretende formar uma força de trabalho⁽⁶⁾ produtiva - (desde o saber ler até as qualificações científicas e culturais mais sofisticadas), ou seja, quando transmite conhecimentos nos diferentes graus que o sistema produtivo requer: o que compõe a formação técnica;
- b) Quando transmite uma idéia de trabalho (valôres, regras de comportamento) que se constitui na socialização para o exercício do trabalho, ou seja, ensinar a como se comportar no trabalho (respeito à hierarquia, à divisão do trabalho, etc...);
- c) Quando se torna seletiva e interfere no acesso ao trabalho (qualidade e quantidade de ensino de acordo com a origem de classes).

Estes são os três aspectos básicos que compõem a

-
- (4) Não podemos ignorar que a Teoria da Reprodução (vide, no final, a bibliografia de autores como Bourdieu e Passeron, Althusser, Establet e Baudelot) nos fornece um bom quadro explicativo para as funções da escola dentro de uma sociedade como a capitalista, e em específico, o que de perto nos interessa, a relação trabalho-escola. Mas, não se deve atribuir à escola uma função exagerada na questão da reprodução: existem limites. Por exemplo, o capitalismo não dependeria somente e tanto da escola para suprir suas necessidades de força de trabalho qualificada. Assim fosse, os investimentos na área seriam prioritários e mais significativos. A questão do acesso à escola e seus problemas correlatos seriam destacados. Muito cuidado deve haver no sentido da análise dessa reprodução da força de trabalho via escola. Deve-se recolocar a questão a partir da ótica dos países tecnologicamente dependentes ou tendo em vista a especificidade de evolução de cada produção (o que ora não cabe).
 - (5) A escola quase que predominantemente se ocupa das profissões industriais, justo aquelas em que as relações capitalistas de trabalho são evidentes.
 - (6) Lembramos, mais uma vez, a distinção entre trabalho e força de trabalho. O trabalho seria a possibilidade de colocar em prática a força de trabalho, o poder fazer alguma coisa que implica em habilidades, qualidades do trabalhador que a escola pretende desenvolver em sua proposta de qualificação.

questão da qualificação para o trabalho através da escola, a qual pretende preparar para o trabalho e integrar o indivíduo dentro de uma produção já constituída. Entendendo-se a produção e suas tendências (vide Capítulo II), entende-se os limites impostos à questão da qualificação.

Analizamos, com mais acuro, esses três aspectos que compõem a qualificação para o trabalho através da escola e constatamos seu significado na sedimentação do processo de perda de controle sobre a produção por parte do trabalhador.

a) Primeiro aspecto da qualificação: a formação técnica:

A questão da qualificação para o trabalho através da escola ganha ênfase com a Lei 5692⁽⁷⁾ quando institui a profissionalização à nível de 2º grau. Este fato pode ser compreendido melhor a partir da referência a um contexto mais amplo, o qual implica na relação entre a política educacional e a política econômica.⁽⁸⁾

A política educacional dos países capitalistas, especialmente a partir da década de 60, passa a privilegiar a

(7) Para um aprofundamento no sentido da qualificação para o trabalho expresso na Lei 5692, ver o livro já citado de Mirian J. Warde, bem como Moyses Brejon, Barbara Freitag, dentre outros.

(8) Citado em FREITAG, Bárbara, *Escola, Estado e Sociedade*, Edart, São Paulo, 1977, p. 86. "Os objetivos fixados pela Lei e reforçados pelo Parecer 76/75 foram assim explicitados: 1º Mudar o curso de uma das tendências da Educação brasileira, fazendo com que a qualificação para o trabalho se tornasse a meta, não apenas de um ramo de escolaridade, como acontecia anteriormente, e sim de todo um grau de ensino que deveria adquirir nítido sentido de terminalidade; 2º beneficiar a economia nacional, dotando-a de um fluxo contínuo de profissionais qualificados, a fim de corrigir as distorções crônicas que há muito afetam o mercado de trabalho, preparando em número suficiente e em espécie necessária o quadro de recursos humanos de nível intermediária de que o país precisa".

educação como fator de promoção do desenvolvimento econômico. O núcleo dessas propostas se encontra no conceito de Capital Humano⁽⁹⁾, no desenvolvimento por Schultz, o qual difunde a idéia de que a capacidade produtiva de um país cresce com a qualificação de sua força de trabalho⁽¹⁰⁾.

Através da definição de Capital Humano, pode-se delimitar o papel atribuído à educação: passa a ter como objetivo o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atributos para aumento da capacidade de trabalho: trata-se de preparar para o trabalho produtivo, engajado e servindo a determinada produção: a capitalista.

A modernização da educação se torna pré-requisito para o desenvolvimento econômico: enfatiza-se a importância dos investimentos nessa área⁽¹¹⁾, procura-se adotar critérios empresariais na educação⁽¹²⁾, visando um maior controle, eficiência e racionalização dos recursos, o que desemboca em uma série de reformas, as quais atingem todos os níveis de ensino⁽¹³⁾.

-
- (9) Schultz assim define Capital Humano: "Mas, nem toda inversão em educação é produtiva, somente o são aquelas habilidades, conhecimentos e atributos adquiridos pelo homem e capazes de aumentar a capacidade de trabalho", citado em FINKEL, Sara, "El Capital Humano: concepto ideológico", In: *La Educación Burguesa*, 3a. Ed., México, Nueva Imagen, 1979, p. 263.
- (10) Para um aprofundamento nessa postura ver PEREIRA, L. (org) *Desenvolvimento, trabalho e Educação*, 2a. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- (11) Apresenta uma contradição com os reais baixos investimentos.
- (12) Os personagens desse novo estilo eram totalmente desconhecidos da prática educacional: surgem os planejadores, administradores, assessores, consultores, experts, especialistas, etc... A burocracia escolar se complica e responde a uma tipologia de dominação no sentido de Weber" In: FINKEL, S. op.cit., p. 263.
- (13) Ver a análise de ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil: 1939/1973*, Rio de Janeiro, Vozes, 1973.

Nesta perspectiva, a questão do trabalho se torna o elemento mediador entre educação e desenvolvimento⁽¹⁴⁾, que explica a ênfase no objetivo de qualificar para o trabalho, as variadas tentativas de adequar o sistema educacional ao modelo econômico, entre o produto das escolas e os requisitos da produção⁽¹⁵⁾. Fala-se em profissionalização, em terminalidade, em ingresso no mercado de trabalho, em iniciação para o trabalho, em sondagem de aptidões, na necessidade de técnicos à nível médio⁽¹⁶⁾.

O que essa concepção⁽¹⁷⁾ parece revelar é que o desenvolvimento do capitalismo no país depende de recursos humanos qualificados através da escola. Atribui-se, portanto, um papel importante à escola na reprodução de uma força de trabalho necessária à produção. Em outras palavras, que o ca

(14) "Procura-se fazer do sistema educacional um instrumento útil para o desenvolvimento econômico. Os estrategistas de revolução de 64 partem não apenas da reflexão de que um trabalhador alfabetizado é, em geral, mais produtivo do que um trabalhador analfabeto (por isso MOBRAL, alfabetização das massas, e cursos de qualificação profissional) mas procuram também orientar a escola secundária, antes exclusivamente "intelectualista" para o mundo do trabalho (daí, p.ex., o programa do PREMEM e a idéia de Ginásio Polivalente), profissionalizar paulatinamente o magistério, estimular o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, adaptar a Universidade as necessidades da economia". BERGER, M. *Educação e Dependência*, Porto Alegre, Difel, Col. Corpo e Alma do Brasil, 1976, p.214.

(15) Esta é uma preocupação predominante. Explícita, por exemplo, na Lei 5692 na tentativa de adequação entre as habilitações a serem oferecidas e o mercado de trabalho, na tentativa de integração, através de estágios, entre escola e empresa e, ainda, quando coloca a qualificação para o trabalho como condição necessária para a formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento do país.

(16) Ver, neste ponto, a análise de CUNHA, L.A., *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1975.

(17) Através desta postura a escola é vista (vide BERGER, op. cit.) como um elemento importante para a promoção do desenvolvimento do país através da formação de recursos humanos capazes de gerar inovações tecnológicas e, com isso, romper a barreira da dependência tecnológica, tida como uma das causas do subdesenvolvimento.

pitalismo depende de um aumento de nível de escolaridade dos trabalhadores. Pressupõe, de qualquer forma, a existência de uma união entre a escola e a produção.

A questão do trabalho se coloca como a mediação entre a escola e a produção: trata-se de qualificar para de terminado trabalho requisitado por determinada produção, define-se, a partir daí, o específico conteúdo da reprodução.

Então, essa qualificação que se pretende fornecer através da escola representa o elo entre a escola e a produção (18). A fragilidade desse elo, verificada especialmente na distância entre a escola com relação à produção, determina os limites da escola em sua função de reprodutora de uma força de trabalho.

Neste ponto, reside a crítica de Salm (19), segundo a qual é exagerada a visão que coloca a escola como elemento privilegiado na questão da reprodução da força de trabalho.

Salm coloca:

"Ora, o capital que não cria obstáculos à sua valorização. A suposta dependência das empresas face a um sistema educacional que se expande sem cessar vem contra a lógica de evolução capitalista. A história do mercado de trabalho é bem outra. É a história de como o capital vai se libertando dos entraves que o trabalho possa lhe trazer. Se é tão lido e repetido que "a produção capitalista é produção e reprodução das relações de produção especificamente capitalista", por que a insistência em procurar no sistema educacional o locus onde o capital vai buscar a reprodução da sua força de trabalho? Essa visão é de fato intrigante. O capital,

(18) É através desse elo escola-produção que devemos buscar o poder de transformação da escola, não esquecendo que esse poder se encontra à nível da produção.

(19) SALM, Claudio, *Escola e Trabalho*, São Paulo, Brasiliense, 1980, p.

que libertou-se das limitações impostas pelo tamanho da população, que internalizou suas fontes de financiamento resolvendo também os problemas da mobilidade desses recursos, que controla seus mercados, que regula e orienta o fluxo de inovações tecnológicas, enfim, o capital que vai dominando (e destruindo) a própria natureza, dependeria dessa instituição pesada chamada escola para resolver seus problemas com a força de trabalho! Se a finalidade da produção capitalista é a reprodução e ampliação das relações capitalistas de produção, é no seio da produção mesma que devemos procurar a formação das qualificações requeridas e não numa instituição como é a escola" (20)

Este privilégio pressupõe a existência de uma escola eficiente⁽²¹⁾ em sua proposta de qualificação, ou seja, uma escola que realmente qualifique, formando indivíduos tecnicamente adequados à produção. Ou ainda, uma escola que atendesse à maioria dos trabalhadores, inexistindo problemas como os de evasão, discriminação, seletividade, ligados ao acesso à escola.

Se lembrarmos da separação entre as escolas e as unidades produtivas, chegamos à conseqüente desatualização da escola: longe está de formar indivíduos tecnicamente adequados à produção. E que, por isso, a formação técnica, vezes, dar

(20) Sobre um questionamento da eficiência da escola na questão da qualificação ver as colocações de ZICCARDI, Alícia "Educação e Estrutura Ocupacional no Brasil: 1940/70" In: *Educação, Ideologia e Estrutura Ocupacional*, Rio de Janeiro, IUPERJ/FINEP, 1979. Também uma demonstração da ineficiência da escola em sua proposta de qualificar para o trabalho está na existência de instituições como o SENAI/SENAC que procuram, a curto prazo, suprir, através de rápidos cursos de treinamento, as necessidades da indústria e comércio.

(21) SALM, Claudio, op.cit., p. 25.

se-ã dentro da própria produção⁽²²⁾, através de rápidos cursos de treinamento, de acordo com as necessidades de cada indústria, de como divide internamente o trabalho.

(22) De modo a compreender quais as necessidades de força de trabalho dentro da indústria brasileira, a grosso modo, interessante é o artigo de Italo Bologna "Formação da Mão-de-Obra industrial: O Caso Brasileiro" In: PEREIRA, Luiz, *Desenvolvimento, Trabalho e Educação*, Rio de Janeiro, Zahar, 2a. ed. 1974 (194-214) onde: O pessoal técnico e administrativo que compõe os quadros das empresas industriais pode ser classificado, de um modo geral, nos seguintes níveis e categorias profissionais: Direção Superior (engenheiro, químicos, administradores). Direção Intermediária (técnicos industriais, gerentes administrativos), Supervisão (agentes de mestria, supervisores administrativos), Execução (auxiliares técnicos, operários qualificados, semi-qualificados e braçais). A fim de que os problemas de seleção e formação de mão-de-obra industrial tenha um tratamento uniforme, importa fixarmos uma conceituação, a mais plausível, de cada categoria, com base nas funções e qualificações requeridas. Interessa focalizarmos de modo especial, os profissionais não pertencentes à direção superior e ligados aos setores técnicos da produção. Qualquer que seja a área de especialização considerada, as principais características funcionais e de qualificação profissional podem ser assim resumidas:

Técnico Industrial: Intermediário entre o profissional de nível superior (engenheiro, químico) e os supervisores (agentes de mestria); auxiliar direto da direção superior. Formação escolar do 2º ciclo (curso técnico industrial). base científica e tecnológica e suficiente capacidade de execução. Domínio experimental dos processos tecnológicos. Sua afinidade intelectual com os engenheiros exige formação do tipo semelhante, embora de nível médio; Auxiliar Técnico: Auxiliar de direção intermediária ou de execução, em campo muito limitado de trabalho. Formação escolar normalmente de 1º ciclo, complementada por uma preparação especializada teórico-prática de curta duração (1 a 2 anos - 1000 a 2000 horas); Agente de Mestria: (mestre, contramestre, encarregado, supervisor): Responde pela execução correta da programação traçada pela direção. Ocupa simultaneamente a posição de líder dos operários e de intérprete, junto aos mesmos, do pensamento e das decisões da administração. O bom desempenho de suas funções requer personalidade favorável e qualidades de liderança. Treinamento profissional abrangendo desenvolvimento da personalidade, organização do trabalho e técnicas de supervisão; Operário-qualificado: executa todas as operações de um ofício. Aptidões psicomotoras e mentais, conhecimentos tecnológicos da especialidade. Trabalho variado, não sujeito ao automatismo. Formação profissional normalmente através de uma aprendizagem de duração relativamente longa (4000 horas). Operário Semi-qualificado: executa operações simples e repetidas, exigindo sobretudo atenção e coordenação motora. Trabalho sujeito ao automatismo. Escolaridade primária. Treinamento no próprio local do trabalho, em tempo relativamente curto (100 a 150 horas), mediante adestramento de poucas operações e explicações tecnológicas elementares; Operário Braçal (não-qualificado) Trabalhos de carga, descarga, transporte, armazenamento, limpeza, vigilância, utilizando ou não aparelhamentos mecânicos. Escolaridade primária. Adaptação ao trabalho: economia de movimentos, material e energia; formação de atitudes e consciência de responsabilidades", p. 199.

5182/BC1

Muitas são as conseqüências (ou causas) dessa separação. Alguns colocam que a escola é incapaz de acompanhar em seu currículo as alterações sucessivas que ocorrem no sistema produtivo em decorrência das inovações tecnológicas⁽²³⁾, as quais, por sua vez, alteram as condições de trabalho, sua composição e organização e, enfim, alteram os requisitos da qualificação. Outros colocam que essa inadequação também é reforçada pela impossibilidade dos educadores em traçar diretrizes mais significativas sobre a questão da qualificação porque desconhecem a realidade da produção e, portanto, desconhecem as tendências do trabalho na sociedade capitalista (é só verificar a idéia de trabalho produzida pelos educadores, como veremos adiante ao colocar a questão da transmissão de uma idéia de trabalho através da escola) e que, portanto a função da escola reduzir-se-á não a uma preparação técnica, mas a inculcar hábitos de comportamento requeridos para o exercício do trabalho.

Em conseqüência, afirma-se que a escola efetivamente possui um papel reduzido na questão da qualificação e o capitalismo, no final das contas dependeria de um aumento do nível de escolaridade da maioria dos trabalhadores, tendo em vista a tendência para a desqualificação do trabalho e a redução de seu conteúdo a tarefas simples de serem executadas. A qualificação para o exercício de determinados trabalhos (se não a maioria)⁽²⁴⁾, pode independe de escolaridade. É só, por exemplo, recorrer às estatísticas citadas por Joly Gou

(23) A Idéia de Educação Permanente se colocaria a partir desta perspectiva.

(24) Ver Ítalo Bolognha em artigo já citado onde afirma, através dos dados de uma pesquisa realizada pelo SENAI, que 80% dos operários da indústria de São Paulo não tem qualquer qualificação.

veia⁽²⁵⁾ as quais evidenciam que: "em 1970, 2/3 dos trabalhadores não haviam sequer completado a escola elementar que abrangia, pela definição do Censo, cinco séries ou graus. Uma fração muito reduzida (1,60%) havia completado um curso superior - dezesseis ou mais anos de escolaridade". A maioria dos trabalhadores não possui qualquer escolaridade: muitos nunca ingressaram na escola, outros se o fizeram nunca foram além dos primeiros anos de instrução primária (1º grau), o qual efetivamente pouco contribui no sentido de uma qualificação técnica para o trabalho⁽²⁶⁾. Isto vem a reforçar a hipótese de que a qualificação para o trabalho dar-se-á dentro da própria indústria no próprio desempenho do trabalho. E isto só se torna possível tendo em vista a tendência (analisada no Capítulo II) da desqualificação da maioria dos trabalhadores e a gradativa independência do sistema de produção quanto às habilidades do trabalhador.

(25) GOUVEIA, Aparecida Joly, *Democratização do Ensino e Oportunidades de Emprego*, São Paulo, Ed. Loyola, nº 4, 1981, p. 78. (Col. Educação nº 4).

(26) Importante é o estudo de ZICCARDI, Alícia, "Educação e Estrutura Ocupacional no Brasil: 1940-1970. In: *Educação, Ideologia e Estrutura Ocupacional*, IUPERJ/FINEP, Rio de Janeiro, 1979, pp. 168/169. "A universalização do ensino, mesmo em seus níveis elementares, não se apresenta como uma necessidade objetiva do desenvolvimento capitalista. Mas, a predominância de tarefas manuais que requerem pouco conhecimento, fundamentalmente dentro das condições de produção que imperam sob o capitalismo é um dos elementos fundamentais para que o capital obtenha máximo de lucros. Não se deve esquecer que uma das particularidades que a força de trabalho nestas formações sociais dependentes é que existem grandes contingentes de trabalhadores, fundamentalmente aqueles que migram do meio rural e tentam incorporar-se ao mercado de trabalho urbanos, que não estabelecem vínculos de trabalho do tipo capital/trabalho assalariado, ou, se o fazem, isto é acompanhado por uma forte instabilidade no emprego. Trata-se principalmente de trabalhadores da indústria de construção - a que requer fundamentalmente habilidade manual - e/ou também daqueles que passam a inserir-se nos chamados "biscates", formas de desemprego disfarçado, dos quais o vendedor ambulante é o caso típico".

Neste sentido, Salm parece ter razão ao demonstrar a independência do capitalismo com relação a escola para suprir suas necessidades de uma força de trabalho dentro de determinado nível de qualificação.

Aqui importa distinguir entre escolaridade e qualificação. A escolaridade não significa necessariamente qualificação: os indivíduos mais escolarizados nem sempre são os mais qualificados. A questão não é tão simples assim: a qualificação se define a partir da própria produção, considerando suas necessidades e tendências as quais impõe ao trabalho. Existem diferentes graus de qualificação, assim como diferentes tipos de trabalho que se definem em função de sua posição dentro da produção⁽²⁷⁾. Como, então, definir no âmbito da escola a questão da qualificação? Como pretender qualificar para o trabalho se a escola se coloca como separada da produção?

Tais colocações nos remetem a algumas questões bãsicas. Se é função da escola preparar para o trabalho? Se pode fazê-lo? Ou para que tipo de trabalho, afinal, a escola prepara?

Uma resposta a tais questões nos remete, por sua vez, à compreensão da posição do trabalho dentro da produção - (como vimos no Capítulo II). Que tipo de trabalho requer a produção? Uma resposta a esta questão é imprescindível para definir o conteúdo da qualificação, não somente no sentido de

(27) O processo de desqualificação do trabalho através da automação e mecanização levou a uma simplificação das tarefas, o que dispensa conhecimentos específicos. É uma tendência do trabalho dentro da indústria. No entanto, tal tendência não se apresenta de uma forma já completada. Algumas indústrias requisitam trabalhos com elevado grau de qualificação e especialização (vide indústria automobilística). Também a estrutura ocupacional está na dependência de cada empresa específica. De acordo com o tipo de tecnologia empregado, o produto a ser elaborado, o tamanho da indústria, o que influi na organização do trabalho e no estabelecimento da hierarquia e, é claro, na questão salarial. Ver SOUZA, Paulo R., *O que são empregos e salários* São Paulo, Brasiliense, 1981. (Col. Primeiros Passos).

preparação técnica, mas também no sentido dos padrões de comportamento que serão exigidos. Que tipo de trabalho a escola qualifica? Que tipo de trabalho pode a escola preparar, tendo em vista os seus limites?

Vamos retomar algumas das tendências básicas do processo de valorização do capital dentro do sistema de produção. De um lado, a desvalorização da força de trabalho que tende a desqualificar-se; de outro, e em consequência, o privilégio dos meios de produção.

Dentro do processo de desvalorização da força de trabalho, temos a parcelarização do trabalho, ou seja, a redução das tarefas a tarefas cada vez mais simples, o que diminui os requisitos de qualificação (muitos são capazes de fazer tais tarefas), contribuindo para o rebaixamento dos salários.

A redução das tarefas se torna mais sedimentada com o taylorismo que parte de um estudo dos movimentos dispendidos na execução de cada tarefa, de modo a racionalizá-la, usando somente os movimentos necessários. Ocorre a padronização das tarefas (o que possibilita, de antemão, planejá-la), todos a executam da mesma forma e mais rapidamente (talvez esta forma de procedimento venha inspirar um procedimento na organização do currículo de cursos rápidos de treinamento).

Essa tendência para a desqualificação de muitos trabalhos coloca alguns limites à proposta da escola enquanto qualificadora para o trabalho. Se a tendência é desqualificar o trabalho, qual a função da escola? Ou, será mesmo necessário ao desenvolvimento do capitalismo uma elevação do nível de escolaridade e de qualificação do conjunto de trabalhadores, através da escola?

Parece que não, especialmente, se considerarmos um Brasil, como vimos, em que muitos são os que se colocam fora da escola, ou por que nela nunca ingressaram ou por que dela logo evadiram. Acentua-se, nesta perspectiva, a importância do papel seletivo ou desigual da escola (o qual analisaremos mais adiante), onde o não acesso a escola seria parte da reprodução de um segmento da força de trabalho: aquela que desempenhará funções consideradas como não qualificadas.

Essa tendência coloca sérios limites à função da escola enquanto reprodutora de uma força de trabalho, através de seu objetivo de qualificar. E, reforçando esse limite, lembremos mais uma vez a distinção entre escolaridade e qualificação.

Outro exagero é afirmar que a escola não possuiria qualquer função relevante na questão da reprodução de uma força de trabalho. A escola, em certa medida, contribui, sem o exagero de considerar que o capitalismo tanto dela dependeria para o preenchimento de suas necessidades de qualificação.

Por outro lado, o conjunto do processo de produção não mais depende da habilidade do trabalhador. O privilégio dos meios de produção, que se traduz no desenvolvimento da maquinaria, revela a interferência da ciência no âmbito da produção: a produção se torna uma aplicação tecnológica da ciência. Assim, o desenvolvimento e aprimoramento das forças produtivas passou a se associar e depender do binômio ciência-tecnologia, efetivado tanto dentro das indústrias⁽²⁸⁾, como dentro das Uni

(28) Interessante é o livro de Braverman, H. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, nele analisa o desenvolvimento de laboratórios ligados às indústrias.

versidades e que impescinde de uma força de trabalho qualificada, capaz de empreender pesquisas, aplicá-las, gerar inovações tecnológicas. Neste aspecto, a escola possui um papel importante e, dela, o capitalismo dependeria?⁽²⁹⁾

Neste aspecto, a escola não somente reproduziria determinada força de trabalho, mas também, pelo menos em seus níveis superiores, nos quais se transmite a Ciência, criando a possibilidade de sua aplicação tecnológica dentro da produção, ela interfere e também modifica, indiretamente, as condições da produção. Portanto, é lícito ampliar as funções da escola, colocando-a além dos limites de função reprodutora.

Entramos aqui na problemática do papel das Universidades diante do desenvolvimento da Ciência e sua aplicação tecnológica dentro da produção. Acompanhando a tendência para a valorização do capital, (especialmente dentro dessa tendência de valorização dos meios de produção) há uma constante tentativa para adaptar a formação superior (nem toda) aos requisitos da produção, dando prioridade aos conhecimentos e processos diretamente capitalizáveis da produção. Temos, daí a explicação para a constante interferência dentro da Universidade e sua relativa falta de autonomia no desenvolvimento de pesquisas (questão do financiamento dado a determinados projetos de pesquisa e não outros). E também explica-se o fato de que o desenvolvimento das diversas ciências se torna cada vez mais desigual: desenvolvem-se mais rapidamente as ciências susceptíveis de serem capitalizadas.

(29) Como se coloca esta questão para os países tecnologicamente dependentes? E a estruturação de suas Universidades com a interferência externa em suas reformas (vide acordo MEC/USAID).

A questão reside em perguntar que tipo de trabalho, afinal, a escola reproduz, ou valoriza?

Poulantzas nos coloca, quando insiste no reflexo, dentro das instituições escolares, da separação entre trabalho intelectual e manual, interessantes questões. Questões que nos auxiliam na compreensão da ambivalência. E coloca:

"O principal papel da escola capitalista não é 'qualificar' diferentemente o trabalho manual e o trabalho intelectual, mas, muito mais desqualificar o trabalho manual (sujeitá-lo) qualificando só o tamanho intelectual". (30)

Só se pode compreender a ambivalência que se coloca diante da questão da qualificação se considera a separação existente, dentro da sociedade capitalista, entre trabalho manual e trabalho intelectual (a qual significa a forma com que a sociedade se organiza), se considerarmos a função de cada qual frente à questão da valorização do capital (função de execução de um lado e função de planejamento, controle e mando do outro), enfim, a função na dinâmica da produção, entendendo, a partir daí, a diferente valorização que se atribui a cada uma delas, o que se reflete à nível da distribuição de privilégios (questão salarial, de poder, de hierarquia) e, em consequência, à nível da escola.

Essa separação entre trabalhadores intelectuais e manuais ⁽³¹⁾ é consequência da necessidade de se estabelecer um controle sobre o trabalho e se reflete, por exemplo, na forma predominante de organização do trabalho; burocracia que se ca

(30) De POULANTZAS, Nicos, citado em ZICCARDI, Alicia, "Educação e Estrutura Ocupacional no Brasil: 1940-1970", In: *Educação, Ideologia e Estrutura Ocupacional*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1979, p. 135.

(31) Não é tarefa das mais simples estabelecer uma clara distinção entre trabalho manual e intelectual.

racteriza pela atribuição de papéis bem delimitados, pela existência de normas rígidas e pela hierarquia. E revela a separação entre as funções: separação hierárquica.

A hierarquia que se estabelece entre os níveis escolares, especialmente entre o médio e o superior tem referência a uma hierarquia das profissões e expressa a atribuição de um valor diferente aos diversos tipos de trabalho que, por sua vez, tem correspondência na hierarquia à nível da produção e à nível social.

A legitimação dessa hierarquia⁽³²⁾ dar-se-á baseada no fato de que aqueles que exercem as funções de mando (planejamento e controle) serem detentores de um determinado saber (técnico, científico) sobre a produção, o qual leva a que controlem, dominem, sob as formas de planejamento da execução.

Apesar da diferente valorização dos dois trabalhos - intelectual e manual - e de sua diferente situação e função na produção (conforme podemos constatar na hierarquização), ambos estão sujeitos ao mesmo objetivo geral dentro do processo de valorização do capital: extração de um máximo de trabalho excedente do maior número possível de forças de trabalho individuais, ou seja, acumulação do capital através do processo de mais-valia.

Esse objetivo geral produz efeitos contraditórios. Enquanto procura produzir a máxima desqualificação da produção máxima de trabalhadores manuais, procura produzir a qualificação máxima do menor número possível de trabalhadores intelectuais⁽³³⁾.

(32) A ideologia que se desenvolve sobre o trabalho e que a escola transmite, como veremos adiante, procura, através de sua visão meritocrática, justificar essa hierarquia.

(33) Isto nos remete à questão do acesso e distribuição dos postos de trabalho e sua consequência diante da problemática de controle sobre o processo de produção. O que determina com que alguns indivíduos tenham acesso a determinados postos de trabalho e outros não?

O efeito contraditório (ou ambivalente) só se explica ao se considerar um outro aspecto dentro do mesmo processo de valorização, ao qual já, anteriormente, nos referimos: a questão da valorização dos meios de produção, seu desenvolvimento e aprimoramento, que se associa às inovações tecnológicas. Como reflexo, ocorre a valorização de determinados trabalhos, os quais contribuiriam, neste sentido, para resolver os problemas tecnológicos, impostos pela produção, ou seja, trabalhos que detem conhecimentos capitalizáveis (conhecimentos técnico-científicos) (34).

Deve-se, dentro do processo de valorização do capital, considerar dois de seus aspectos constitutivos e interligados, os quais analisamos no Capítulo II. De um lado a tendência para a desvalorização da força de trabalho e gradativa independência do processo quanto à sua interferência (habilitação, participação nas decisões), o que implica na acumulação de capital via-mais-valia; de outro, a tendência para a valorização dos meios de produção, ou seja, a necessidade de inovações tecnológicas constantes, que implica na aplicação de conhecimentos técnico-científicos.

(34) "Por outras palavras, se trabalhadores técnico-científicos e operários se encontram situados da mesma maneira frente ao capital, eles não se encontram situados da mesma maneira uns com relação aos outros, processando-se o trabalho técnico-científico e o trabalho operário paralelamente, mas separadamente e um fato que os trabalhadores técnico-científicos produzem meios de exploração e de pressão dos operários e devem, portanto, aparecer a estes como agentes do capital ao passo que os operários não produzem os meios de exploração dos trabalhadores técnico-científicos". GORZ, A. "Técnica, Técnicos e Luta de Classes", In: *Crítica da Divisão do Trabalho*, São Paulo, Martins Fontes, 1980, p. 213-48, (Novas Direções).

A qualificação para o trabalho oscila diante dessas duas tendências do mesmo processo e, a partir daí, define seus objetivos e conteúdo, reconhece os seus limites e possibilidades.

Todas essas colocações acabam por remeter a uma série de outras questões que colocam em dúvida a eficiência da escola em sua função de qualificar para o trabalho. Ou até da necessidade dessa qualificação através da escola. O produto da escola está adequado (ou deve adequar-se) às exigências da produção? Mas, pode fazê-lo se está tão distante da produção e mais distante ainda de entendê-la? É afinal possível qualificar para o trabalho através da escola?

b. Segundo aspecto da qualificação: a transmissão de uma ideologia sobre o trabalho

Se podemos questionar a contribuição da escola na questão da formação técnica da força de trabalho, pelo menos um outro papel, dentro da qualificação, ela desempenha: a transmissão de uma idéia sobre o que é o trabalho e qual sua finalidade social. (35)

A concepção de trabalho que sustenta a Lei 5692 (36) enfatiza, por exemplo, dois aspectos tidos como complementa

(35) O objetivo da Orientação Profissional é o de engajar o indivíduo dentro da realidade de trabalho. Se o pretende, deve partir de uma idéia sobre o que é o trabalho, constituindo-se no conteúdo da informação profissional que norteia o processo de escola profissional.

(36) O ensino de 1º e 2º graus tem como objetivo proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparação para o exercício consciente da cidadania" citado em BREJON, M. *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo, Pioneira, 1973, p. 231.

res. De um lado, o trabalho é visto, genericamente, como a possibilidade de desenvolvimento das potencialidades individuais, como meio de realização pessoal. Daí a questão da sondagem de aptidões, instituída à nível de 1º grau (e que tanto inspira os trabalhos na área de Orientação Vocacional e/ou Profissional) com o objetivo de encaminhar o indivíduo a um determinado trabalho. De outro lado, temos que o objetivo da qualificação é o de preparar para o trabalho produtivo⁽³⁷⁾, ou seja, o trabalho adequado às finalidades de determinada produção, dentro da concepção do trabalho como fator de promoção do desenvolvimento econômico: ocorre a especificação do trabalho, não se trata de qualquer trabalho.

O sentido do trabalho como desenvolvimento de potencialidades do indivíduo encontra seus próprios limites dentro da proposta de preparar para o trabalho produtivo, engajado na produção: trata-se de desenvolver as potencialidades que se consideram produtivas. Esta colocação sobre o trabalho nos induz a que é necessário entender a questão da qualificação a partir da perspectiva da produção. Tal perspectiva, como vimos, confere ao trabalho a sua especificidade, os seus limites e, em contrapartida, os limites da questão da qualificação, bem como possibilita a compreensão das funções de determinada ideologia.

(37) "Qualificação para o trabalho compreenderá o processo de preparar o jovem para as ações conscientes ao trabalho produtivo seja ele de criatividade, de multiplicação de idéias ou projetos, de análise e controle, de administração e supervisão ou de execução manual ou mecânica, tudo de acordo com as potencialidades individuais" citado em WARDE, M.J. *Educação e Estrutura Educacional: A profissionalização em Questão*. 2ª ed. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979, p. 19 (Col.Educ.Univ.) sobre o Parecer - 45/72, adendo a Lei 5692, ou ainda: "O trabalho é concebido como fonte de desenvolvimento pessoal proporcionando ao educando oportunidades de realização de potencialidades criadoras do aluno sem perder de vista seu outro aspecto de força produtiva e impulsionadora do desenvolvimento nacional". *Habilitação Profissional do Ensino de 2º grau - sugestão para implantação, nº 2, MEC. Dep. Ensino Médio*. Brasília, 1977, p.11. BRASIL. Ministério de Educação e Cultura, Depto. de Ensino Médio. *Habilitação Profissional do Ensino de 2º grau: Sugestão para implantação, nº 2, Brasília, 1977, p.11.*

Defender a proposta de qualificar para o trabalho tendo em vista o desenvolvimento pessoal só se faz viável na medida em que se reduz a questão do trabalho à perspectiva individual, acentuando-se seu sentido psicológico (dentro, por exemplo do trabalho como realização pessoal, caminho de atualização de aptidões, como meio de sucesso); e também, na medida em que se nega o engajamento do trabalho na perspectiva das relações de produção. Isto implica na negação da contradição básica entre capital e trabalho e a conseqüente negação da sujeição do trabalho aos interesses de valorização do capital, encontrados no seio da produção (como vimos no capítulo II). Afirmar essa contradição leva, ao contrário, a negar a possibilidade de desenvolvimento pessoal através do trabalho, tendo em vista o processo de desqualificação e redução de seu conteúdo (tarefas simples e repetitivas, perda do domínio de um ofício).

A existência, dentro das relações de produção, da contradição básica entre capital e trabalho⁽³⁸⁾ refletir-se-á à nível da escola. Se a escola procura, dentro de seu objetivo de qualificação, a valorização do trabalho; o capital procura justo o oposto, ou seja, sua desvalorização (sendo, inclusive, condição para sua acumulação via mais-valia). Essa contradição refletir-se-á à nível da ideologia sobre o trabalho: a educação transmite uma ideologia sobre o trabalho que não condiz com a situação concreta de trabalho. E por que não condiz? Aqui reside um dos pontos nevrálgicos da questão.

(38) "Em uma palavra, no caso da sociedade civil capitalista, afirmar que a existência dos proprietários (da classe capitalista) depende da exploração dos não proprietários (trabalhadores assalariados) significa simplesmente o seguinte: o capital é o trabalho não pago (a mais-valia). Temos uma contradição na medida que a realidade do capital é a negação do trabalho". CHAUI, M. *O que é Ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 5. (Primeiros Passos).

Resta também perguntar se os discursos educacionais se referem a todos os trabalhos ou se, afinal, acabam por privilegiar alguns?

A seguinte citação esclarece a contradição:

"O sistema econômico valoriza os recursos de capital a custa dos recursos humanos. Não obstante, o sistema de ensino tem a responsabilidade de desenvolvimento desses recursos e, assim, seu propósito está em triste contradição com o do sistema econômico ao qual serve". (39)

Os discursos sobre o trabalho produzidos na esfera da escola, que levam à valorização do trabalho parecem estar em triste contradição com a realidade concreta a que a maioria dos trabalhos se submete na esfera da produção. O trabalho, sujeito ao capital, demonstra uma tendência oposta: sua desvalorização e uma dispensa, cada vez maior (pelo menos para a maioria) (40) do uso de habilidades que a escola se propõe a desenvolver, e coloca como centro do processo de qualificação para o trabalho.

A tendência para eliminar qualquer empecilho à valorização do capital leva à necessidade de retirar do trabalhador o controle sobre o processo de produção, destituindo-lhe o domínio de um ofício. Se a possibilidade de desenvolvimento e uso das habilidades reside na relação entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho, mediatizados pelo trabalho. Se com a introdução na maquinaria não é mais o trabalhador quem se utiliza dos instrumentos de trabalho, mas, ao contrário ele é

(39) GRUBB, N., LAZERSON, M. "Continuidad y Falacia en la educacion profesional" In: *Educación y Clase Obrera*, México, Ed. Nueva Imagen, 1978, p. 41.

(40) Ver BRAVERMAN, H., op.cit.

quem é utilizado pelos instrumentos, como pode desenvolver livremente suas habilidades? Como pode a escola valorizar a força de trabalho?

"Não é como no caso do instrumento de trabalho que o operário anima, como a um órgão, com sua própria destreza e atividade e cujo manejo depende, portanto, da sua virtuosidade. Senão a máquina, dona, em seu lugar do operário, da habilidade e da força, é ela mesma a virtuosa, possui alma própria presente nas leis mecânicas que operam nela. A atividade do operário, reduzida a mera abstração da atividade, está determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso". (41)

A aparência de contradição revela o aspecto ideológico com o qual a questão do trabalho é tratada dentro da escola. Aparência uma vez que a escola, no final das contas, só valoriza os recursos humanos, tendo em vista sua função na valorização do capital: quanto mais próximos do capital, mais valorizados. Se a tendência é o privilégio dos meios de produção e, em específico, o desenvolvimento e aprimoramento da maquinaria, importa valorizar os recursos humanos que contribuem para essa tendência.

Ressalta-se o uso ideológico e parcial da questão do trabalho com uma clara função: não abordar, dentre outras, as relações de produção, não apresentar, portanto, os conflitos da situação desse trabalho na produção. Acentuam-se as inconsistências desses discursos educacionais ⁽⁴²⁾, que partin

(41) ROSDOLSKI, Roman, *Genesis y Estructura de El Capital de Marx: Estudios sobre los Grundrisse*, México, Siglo Veintiuno, 1978, p. 276.

(42) Nestes aspectos, se coloca a grande crítica às teorias e práticas da Orientação Profissional, ou seja, não considerar as tendências da produção e, por isso, não consegue colocar o trabalho dentro de seus limites, produzindo, em consequência, discursos inócuos. Partem, ao contrário, de uma análise e privilégio do indivíduo, indo de encontro à tendência básica da produção que é a de retirar o indivíduo do centro do processo de trabalho.

do de uma concepção genérica sobre o trabalho, se tornam incapazes de situar as tendências do trabalho dentro da produção (43)

Quando a escola transmite uma idéia de trabalho, em contrapartida, transmite uma idéia de como os homens se relacionam na produção, de como a sociedade se articula e, assim nega (ou afirma) a existência das classes sociais, dos conflitos de interesses, bem como a existência de outras questões fundamentais dentro do capitalismo (tais como, por exemplo, a exploração do trabalho, a desigualdade social, a propriedade privada, todas relacionadas e articuladas). Esta negação configura os conteúdos ideológicos sobre o trabalho. (44)

Na ideologia sobre o trabalho, quando este é retirado da esfera da produção e, portanto, do nível das relações (entre capitalistas e trabalhadores basicamente, mas não só), eliminam-se os conflitos. Explica-se o trabalho, não na perspectiva dessas relações (que o caracterizam enquanto subju-

(43) Ver análise do capítulo II.

(44) "A economia vulgar é antes do mais individualmente e subjetiva, vê a sociedade como um conjunto de indivíduos cuja natureza, para efeitos de análise, se presume ser dada a predetermined, de forma bastante independente dos fenômenos sociais em consideração. É seu objetivo aplicar estes fenômenos sociais relacionando-os com as características psicológicas dos indivíduos tal como são e na situação inicial em que se encontram. Na economia vulgar, o indivíduo desempenha um papel exatamente análogo ao do átomo na mecânica newtoniana. Do mesmo modo que a mecânica newtoniana vê a realidade material como uma interação de átomos invariáveis, ou eternos, também a economia vulgar vê a realidade social como uma interação de indivíduos de natureza invariável ou permanente". ROWTHORN, Bob, "Economia política: Neo-Classicismo, Neo-Ricardianismo e Marxismo", In: *Para uma crítica da Economia Política*. Porto, Publi.Escorpião, 19 p. 21, (Cad.Homem e a Sociedade, 1).

do ao capital e, daí, ao interêsse da classe que o detêm), mas passa a ser explicado na perspectiva do indivíduo. Nesta perspectiva, o indivíduo enquanto portador de algumas aptidões - (dons, vocações etc...) que o diferenciam dos demais (daí o objeto da psicologia diferencial⁽⁴⁵⁾), possuiria um papel específico, de acordo com a divisão do trabalho, a cumprir dentro da produção. Essa produção é concebida enquanto um bem comum (nunca de classe), colocado na esfera abstrata da entidade Nação, cujos benefícios são distribuídos de acôrdo com os méritos de cada um: sociedade meritocrática.

Esta perspectiva de discurso sobre o trabalho, própria a uma postura liberal⁽⁴⁶⁾, está presente, ainda hoje, nos discursos educacionais. Temos, por exemplo, dentro da Lei 5692 a importância dada a problemática da sondagem de aptidões. Essas aptidões determinariam a distribuição dos indivíduos nos diferentes níveis de escolaridade e, em consequência, nos diferentes postos de trabalho.

Esclarecendo, de um modo sintético, temos que os princípios básicos do liberalismo constituem-se no individualismo, na propriedade privada, na igualdade e na democracia; são princípios interdependentes e articulados. O individualismo prega que o indivíduo possui aptidões atualizadas ou em potencial que precisam ser respeitadas e desenvolvidas. Tais aptidões constituem-se no mecanismo de ascensão social, onde

(45) Ver o interessante estudo de BISSERET, Noelle, *Les Inegaux ou La Selection Universitaire*, Paris, P.U.F., 1978, já citado, no qual discute a aptidão. Análise de início, as origens do termo relacionando-o com o ideário da Revolução Francesa. Posteriormente, através de uma pesquisa de campo, analisa as discriminações do sistema escolar francês e sua interferência no acesso à Universidade.

(46) DEWEY, J., em seu livro *Liberalismo, Liberdade e Cultura*. São Paulo, Ed.Nacional, 1970, parte do pressuposto de que se fôsse possível, através da educação, a cada indivíduo desenvolver ao máximo seus aptidões, dirigindo-se ao trabalho adequado, melhor a sociedade se desenvolveria. Esta postura tem relação com a Teoria do Capital Humano, posteriormente desenvolvida na década de 60.

os mais aptos ocuparão as posições mais vantajosas na sociedade; uma sociedade que se torna diferenciada, necessariamente, a partir das aptidões. A desigualdade social é explicada, então em função da desigualdade entre as aptidões individuais, sendo a propriedade uma retribuição material aos mais aptos. O progresso da sociedade associa-se ao progresso de cada indivíduo, assim, o indivíduo que se desenvolve plenamente contribui para o desenvolvimento da sociedade. Para que o indivíduo possa se desenvolver plenamente é imprescindível a liberdade individual (da qual decorrem as demais liberdades política, econômica e social: que significa possibilidade do indivíduo de usufruir das oportunidades (iguais para todos) oferecidas pela sociedade. A democracia é entendida como a forma de governo ideal, através da qual tais princípios se concretizam. (47)

Trata-se de uma visão meritocrática da sociedade: indivíduos mais aptos alcançariam os níveis superiores de escolaridade, os postos de trabalho mais vantajosos e, portanto, merecem usufruir dos privilégios sociais (propriedade, poder, etc...) Mas, quem considera o que mais apto? (48)

A questão da desigualdade se coloca e, ao invés de ser explicada através da questão da propriedade privada, passa a ser explicada a partir da desigualdade individual. Se os indivíduos são desiguais inexistente a possibilidade de uma

(47) Para um aprofundamento ver KUHN, Reinhard. *Liberalismo y Fascismo: das formas de domínio burguês*. Barcelona, Ed. Fontanella, 1978. VACHET, Andre, *La Ideologia Liberal*, vol. 2, Madrid, Ed. Fundamentos, 1972. CUNHA, L.A. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. Dentre outros.

(48) O conceito de aptidão, como forma de compreender o sentido dessa ideologia, deve ser tomado em função do conceito de força de trabalho: a aptidão é definida genericamente pelo poder fazer alguma coisa, incluindo as qualidades e destrezas dos indivíduos que serão postas em prática no trabalho. É parte constitutiva da força de trabalho, da mercadoria a ser negociado no mercado, interferindo em seu valor. A visão liberal mais recente acredita que o desempenho no trabalho é baseado em competência técnica. Desigualdade de salário, poder e status, de acordo com essa visão tecno-meritocrática é reflexo de uma distribuição desigual das aptidões. Ver para um aprofundamento sobre essa visão GINTIS, H., BOWLES, S. *Schooling in Capitalist America, Educational Reform and the contradictions of Economic life*. London Routledge, Basic Books, 1976.

igualdade de fato. A igualdade passa a se constituir em um valor abstrato, existindo à nível de direito (todos são iguais perante a lei), com a finalidade política de manutenção da ordem. O limite de igualdade reside, portanto nas diferenças individuais.

Nesta perspectiva, a escola é colocada como um dos instrumentos para promover a equalização social, forma de amenizar as desigualdades sociais. Entende-se, a partir daí, a proposta de uma escola aberta a todos, única, sem discriminação (classe, religião, sexo, etc...) onde possa operar o princípio de iguais oportunidades. A desigualdade social⁽⁴⁹⁾ e a estrutura de privilégios existentes (advinda das classes) seria amenizada através de uma escola onde todos tivessem iguais oportunidades de evidenciar e desenvolver suas aptidões, diferenciar-se e competir para alcançar (ou merecer) os privilégios. Os mais aptos, aproveitando melhor as oportunidades, alcançariam os níveis mais altos da hierarquia escolar e so-

(49) "Desprende-se dos interesses de classe a que ela tem servido, a educação perde seu sentido aristológico, deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um caráter biológico, com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação formaria a "hierarquia democrática" pela hierarquia das capacidades". AZEVEDO, Fernando de, *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*,
Fernando de Azevedo há de influenciar bem como outros educadores (Anísio Teixeira dentre outros) todo o pensamento educacional daqueles que elaboraram a atual Lei 5692 visto que podemos notar a presença de uma concepção educacional similar.

cial. (50) (51)

Estabelece-se uma nítida correspondência entre a hierarquia social, a escolar, a das aptidões e a do trabalho. A escola, em termos gerais, subdivide-se em níveis distintos de um lado, o ensino propedeutico, destinado à formação do trabalhador intelectual: de outro, o ensino técnico-profissional, destinado à formação do trabalhador manual. O estabelecimento de níveis distintos pressupõe uma hierarquização que, por sua vez, pressupõe a atribuição de um valor distinto: trabalhos mais e menos valorizados (acompanhando, inclusive, a classificação de trabalhos qualificados, semi-qualificados e não-qualificados), classificação feita tendo em vista a posição dos indivíduos na produção.

Por detrás de toda questão da hierarquia entre os níveis escolares (especialmente entre o médio e o superior) existe uma atribuição de um valor diferente aos diferentes tipos de trabalho. O critério de hierarquização encontra uma explicação na função que cada qual assume dentro da produção: quanto mais próximo do capital, quanto mais auxiliam a valorizá-lo, mais essas funções serão valorizadas. Essa hierarquia, por sua vez, corresponde a uma hierarquia social.

(50) Também em Fernando de Azevedo é clara esta correspondência, inclusive afirma que os intelectuais farão parte da elite, destinada a governar o país.

(51) Como quadro explicativo para a desigualdade individual nota-se a presença do modelo de análise advindo da Biologia. Em especial aquele advindo da teoria de Darwin sobre a seleção da espécie, baseada na sobrevivência do mais apto. Essa teoria, transformada será utilizada também para explicação do funcionamento da sociedade - darwinismo social - o qual explica a existência dos privilégios e da desigualdade social pela idéia meritocrática e competitiva. Essa corrente de pensamento serviu como explicação para o capitalismo liberal, concorrencial. Sendo uma explicação que remete à ordem biológica torna a desigualdade de certo modo imutável, visto que neste domínio o homem não pode interferir, de modo a alterá-lo.

Essa valorização de determinados trabalhos e, portanto, hierarquia que implica na atribuição de diferentes privilégios, nos remete a uma outra questão, sem dúvida, nevrálgica: a questão da distribuição dos postos de trabalho, o acesso e direito ao trabalho. Neste aspecto, caberia não somente questionar a ideologia que justifica essa distribuição, como também os mecanismos utilizados para a seleção. Este aspecto será discutido adiante. (52)

Essa idéia de trabalho, vinculada a uma concepção da dinâmica da sociedade, que se transmite há de, em última análise, determinar o comportamento dos indivíduos dentro da situação concreta de trabalho (acirramento do individualismo e da competição dentre outros). Comportamento que contribui para justificar, reproduzir, enfim, manter as relações de produção e sua conseqüente manifestação nas formas concretas com que o trabalho se organiza (hierarquia, burocracia, divisão do trabalho, poder). Enfim, forma hábitos de trabalho (disciplina, obediência, responsabilidade), inculcando, como válidas, determinadas características de personalidade necessárias

(52) "Além disso, o sistema salarial está ordenado de tal forma que as poucas atividades que trazem satisfação - funções dirigentes de toda espécie, trabalho científico e artístico - recebem, via de regra também as maiores retribuições materiais, enquanto que aqueles trabalhadores que estão jungidos ao maior sofrimento laboral são mal remunerados. Economicamente explicam esta situação assim: que as aptidões científicas e artísticas bem como a capacidade de dirigir grandes empreendimentos ou serviços são "raras" ou também que o esforço mais intenso exigido por essas atividades só pode ser conseguido através de estímulos materiais correspondentemente maiores. Por sua vez, um trabalho simples, não qualificado pode ser obtido de qualquer pessoa e, devido à super-ofereça, é relativamente mais barato. Conseqüentemente, a sociedade industrial contemporânea desenvolvida se apresenta bipartida... Ela se apresenta também dividida entre uma pequena minoria de pessoas que conseguem encontrar satisfação em sua atividade, e portanto insistem na convicção burguesa de que o sentido da vida está no trabalho produtivo e a grande maioria para a qual é impossível dar à vida semelhante sentido, mas que sempre ouve dizer que a dignidade e consideração de uma pessoa são conseguidas através de seu trabalho". FETSCHER, Iring, *Mudança na Importância Econômica e Sentido no Trabalho*, Rev. Concilium. Rio de Janeiro, Vozes (180):70-8.

para o desempenho adequado dentro de um ambiente de trabalho burocrático (por exemplo, o conformismo) (53)

Nesta colocação implícito está um conceito de ideologia. Cabe um breve esclarecimento. Ressalta-se o seguinte aspecto da ideologia: que possui não apenas a função política de mascarar aspectos da realidade (os fundamentos da dominação, a propriedade privada, exploração do trabalho etc...) Importa também, e este aspecto é fundamental em educação que, mesmo encobrindo uma realidade, a ideologia influencia, dirige o comportamento do indivíduo, assumindo, portanto, materialidade, existência concreta. Em outras palavras, se a realidade social é fruto das ações, se aí ideologia como um conjunto de idéias dirige determina e influencia tais ações, a ideologia ganha materialidade e se torna tão concreta quanto as ações. (54)

Um outro aspecto deve ser considerado com relação à ideologia. A ideologia é mormente, colocada como falso real, ou seja, se refere ao real, contém aspecto dele (condição para ser explicação aceita dessa real), outros esconde ou deturpa. No entanto, à medida em que interfere no comportamento dos indivíduos, poderíamos considerar a ideologia como sendo parte constitutiva do real, se refere a uma ação, modifica esse real. Como julgar, neste sentido, a ideologia como falsa ou verdadeira? (Sérias implicações metodológicas).

A própria organização da escola, montada nos moldes da organização do trabalho, com a burocratização que estabelece um rígido sistema de normas de conduta (horário a cumprir, por

(53) Ver GINTIS, H. "Educacion, Tecnología y Características de la Productividad del Trabajador". In: BIASUTO, Carlos (org.) *Educación y Clase Obrera*, México, Nueva Imagen, 1978, pp. 55-80. Um artigo baseado em uma pesquisa que fala sobre quais os comportamentos valorizados na escola e sua relação com a questão da produtividade no trabalho.

(54) Tal conceito de ideologia surgiu a partir da leitura de variados autores desde Marx, Gramsci, Manheim, dentre outros.

exemplo) garantido este através de uma estrutura hierárquica (administração escolar, professores, alunos, separados). Essa organização favorece o surgimento de determinado tipo de comportamento, inibindo outros. Acaba, portanto, por limitar o espaço possível de relações entre os indivíduos, reproduzindo.

Mas, qual o sentido de uma ideologia que tanto valoriza o indivíduo em uma sociedade em que esse indivíduo (pelo menos a maioria) não mais domina o saber fazer, não domina um ofício completo, não domina os conteúdos da Ciência, portanto, não mais controla a produção, perde seu poder de decisão, sua força política individual?

Esta é a função política da ideologia: Por que não utilizar uma ideologia que valoriza o indivíduo, que o coloque em competição com os demais, justo em uma sociedade onde o que realmente tem força é o conjunto dos trabalhadores? Ora, manter a ordem, controlar o trabalho e sujeitá-lo a objetivos que lhe são antagônicos, sujeitá-lo ao capital é fazer com que esse trabalhador se coloque, não ao lado, mas em competição com os outros trabalhadores individuais (aqui podemos procurar um dos sentidos da burocracia e hierarquização, com o estabelecimento de normas de controle e repressão).

Inclusive, com o capitalismo monopolista, há uma contradição com o individualismo. Como é possível falar em individualismo em uma sociedade que tende, cada vez mais, para a concentração do poder econômico, que leva a concentração do poder político. Ou diante de uma organização do trabalho onde o conjunto dos trabalhadores, tendo em vista a extrema divisão técnica do trabalho, ganhou força?

Um reforço a esta postura apolítica é dado pela ideologia sobre o trabalho que se transmite na escola, a qual

como vimos, valoriza tanto o aspecto individual e que, para tal, retira da esfera da produção, o trabalho. Desta forma, impede a compreensão do trabalho dentro da produção e suas relações, impede, em contrapartida, a compreensão de outras questões nevrálgicas dentro da sociedade capitalista (propriedade privada, desigualdade, exploração do trabalho), questões centrais na explicação da dinâmica dessa sociedade. Tem como consequência esconder os fundamentos da dominação.

Em outras palavras, a não compreensão dessa posição do trabalho dentro da produção, enquanto relações, significa não compreender o sentido da produção, significa perder o seu controle, significa não compreender uma série de implicações políticas: um sério limite de consciência e de participação política.

A transmissão de uma idéia sobre o trabalho (e suas relações), como vimos, é tão significativa quanto a transmissão de conhecimentos técnicos específicos. A escola seria responsável, não somente pela qualificação técnica específica, mas também por uma formação básica que, antes de mais nada, ensina uma idéia de trabalho: ensina tanto a trabalhar quanto a se comportar no trabalho, tendo em vista sua adequação a determinada produção. Estes se constituem nos dois aspectos básicos da qualificação para o trabalho, ou seja, da reprodução da força de trabalho, de um modo de produção, enfim, de um modo de existir.

c. Terceiro aspecto da qualificação: seletividade

Um outro aspecto da questão da qualificação se refere ao papel seletivo da escola. A escola quando seleciona, quando é desigual⁽⁵⁵⁾ (níveis distintos, qualidade da escola de acordo com as classes sociais), o que na verdade reproduz é o trabalho desigual. Isto porque essa seletividade se relaciona com a possibilidade de acesso ao trabalho (questão essencial dentro da sociedade capitalista)⁽⁵⁶⁾: os diferentes níveis de ensino preparam para o exercício de diferentes trabalhos, interferindo no acesso e distribuição dos postos de trabalho.

Quando, através da perspectiva da Teoria da Reprodução se afirma⁽⁵⁷⁾ que a escola deve qualificar diferentemente a força de trabalho, de acordo com as exigências da divisão social e técnica do trabalho, procura-se evidenciar a escola dividida e, como tal, seletiva, desigual, reflexo de uma sociedade também desigual.

Isto se torna significativo à medida que os diferentes postos de trabalho são distribuídos de uma forma hierárquica (a escola é hierárquica aos moldes da hierarquia do trabalho), implicando na atribuição de um valor diferente (existem

(55) Ver o estudo de CUNHA, L.A.R. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, no qual trata da questão da escola desigual no Brasil

(57) A afirmação é de ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa, Presença, 1975. Em especial capítulo denominado "A reprodução da Força de Trabalho", à página 17.

(56) Para o trabalhador tornado livre o acesso ao trabalho é uma questão de sobrevivência. Sua força de trabalho deve ser vendida como sua única mercadoria e, portanto, depende, para sua sobrevivência, da questão do direito e acesso ao trabalho, o que define a condição do poder vender.

trabalhos mais e menos valorizados), levando à justificação de uma retribuição desigual (salário), o que configura a desigualdade social. É especialmente claro quando verificamos que os postos de trabalho se referem a funções (papéis, posições) diferentes que os indivíduos ocupam na produção, sendo que, a partir daí, (não somente) se definem as classes sociais.

A importância da escola, importância política, de finir-se-á com relação a essa questão. Ou seja, por exemplo, até que medida a escola favorece o acesso aos diferentes postos de trabalho e, com isso, corrobora uma divisão em classes. O não acesso a escola, pelo menos em seus níveis superiores, nível em que é possível dominar um conhecimento da ciência, levaria à impossibilidade de compreender sua aplicação tecnológica que se constitui no próprio processo de produção, o que pode significar um sério limite às reivindicações políticas.

Acarreta, inclusive, em que cada vez menos, a maioria dos trabalhadores (que não possui qualquer escolaridade) compreenda, domine e interfira nas formas de organização do trabalho na produção e, em consequência, diminui seu poder político. Ora, não compreender o processo de produção, pelo menos no que concerne ao seu poder de transformar e delimitar relações, significa não compreender, em grande parte, (não somente) a sociedade como um todo: sério limite de consciência, sério limite à possibilidade de um posicionamento enquanto classe, sério limite às reivindicações políticas.

Muitas são as relações que se tem estabelecido entre trabalho e escola, revelando distintas concepções sobre o trabalho e as funções da escola e, evidentemente, se apoiam em distintas concepções sobre a produção, suas relações e a dinâmica da sociedade. Mas, seja qual fôr a relação que se estabe

leçe, temos um mesmo questionamento central: até que medida a escola prepara para o trabalho? Ou até que medida a escola interfere no acesso ao trabalho?

Hã uma crença generalizada que coloca a escola como uma das responsáveis pela possibilidade de acesso ao trabalho. Os movimentos pela democratização da escola - escola para todos - revelam, implícita ou explicitamente, uma outra reinvidicação: direito ao trabalho. Quando se pensa na escola como meio de ascensão social, o que se coloca é a possibilidade de, através de um aumento do nível de escolaridade, alcançar, ter acesso a trabalhos mais vantajosos.

Daí entendemos parte do fracasso das medidas que procuram dar terminalidade ao ensino de 2º grau, dentro do que Luiz Antonio Cunha chama de função contenedora da escola. A pressão para o acesso ao terceiro grau é vista como a possibilidade de se ter acesso a determinados trabalhos socialmente mais valorizados e vantajosos (58).

Trata-se, portanto do acesso ao trabalho via acesso a escola, onde bastaria freqüentar a escola para que, em contrapartida, houvesse o acesso ao trabalho, o que não é totalmente verdadeiro.

Não é inteiramente falso, entretanto, afirmar que a escola pode facilitar o acesso a determinados trabalhos (vide, por exemplo, a exigência de certificados escolares para o exercício de determinados trabalhos). Falso é considerar a escola como única responsável por esse acesso. Considerá-la como tal constitui-se em um dos argumentos ideológicos mais uti

(58) Isto é especialmente importante dentro de uma sociedade em que, cada vez mais, a possibilidade de ser proprietário se distancia, devido à tendência para a concentração do poder econômico.

lizados para justificar os reais problemas que interferem nas questões sobre o acesso ao trabalho. Não é a escola a principal determinante do acesso ao trabalho, mas outros fatores (como, por exemplo, a propriedade, origem de classe⁽⁵⁹⁾) que não de configurar o controle do acesso ao trabalho.

Tal argumento sustenta muitas das propostas educacionais, em especial, as propostas liberais (como anteriormente vimos) que procuram sanar as desigualdades sociais através da escola, dentro de uma visão meritocrática (os que tem acesso aos trabalhos mais vantajosos são os mais capazes, aqueles que melhor usufruíram das iguais oportunidades educacionais).

A tentativa de democratização da escola (vemos um relativo aumento de vagas para, por exemplo, o ensino superior) não levou necessariamente a uma ampliação do direito ao trabalho: facilitou-se o acesso a escola, mas não ao trabalho.

Vejamos a seguinte citação:

"A medida em que o sistema educacional se massifica e perde seu caráter seletivo, a função de distribuir hierarquicamente a população se translada, quase que integralmente, ao mercado de trabalho. Dito em outras palavras, se bem que se ampliaram as possibilidades no cumprimento do direito ao estudo, se restringem, cada vez mais, o direito do trabalho". (60)

Segundo análise de L.A.Cunha há um aumento dos requisitos de escolaridade para o acesso a determinados postos

(59) "A distribuição dos indivíduos nestas diferentes tarefas são depende de critérios puramente técnicos (melhores aptidões, melhor preparo), mas de critérios sociais. Certas classes sociais tem acesso a certas tarefas, outras classes não. Por exemplo, as funções de administração do capital são, é claro, do dono do capital", HARNECKER, Marta, *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. (s.l.), (s.c.p.), (s.d.)

(60) BIASSUTTO, Carlos, *Educación y Clase Obrera*, México, Nueva Imagen, 1978, p. 14.

de trabalho, mesmo que o seu desempenho não o necessite, tendo em vista o processo de desqualificação do trabalho.

Esse aumento do nível de escolaridade se deve a uma série de fatores, dentre eles a própria ampliação do acesso à escola, levando a uma oferta de indivíduos escolarizados que não acompanha a oferta de postos de trabalho.

Desta forma, indivíduos não escolarizados veem dificultado o seu acesso ao trabalho⁽⁶¹⁾. Ou indivíduos com escolaridade superior desempenham funções muito aquém de sua suposta qualificação (levando a suspeitar do exagero da hipótese sobre a escassez de técnicos à nível médio, tendo em vista a ocupação desses cargos por profissionais de nível superior, o que compromete as intenções da Lei 5692).

Tais colocações nos levam a perguntar se os requisitos de escolaridade para o desempenho de determinados trabalhos revelam um crédito na função qualificadora da escola?

Esse aumento dos requisitos de escolaridade parece revelar um outro aspecto da questão, sem dúvida determinante: a diminuição do direito ao trabalho e, ainda, um controle discriminado sobre seu acesso.

A diminuição do direito ao trabalho deve ser entendida na perspectiva, analisada no Capítulo II, da produção. Nesta perspectiva, denotou-se que uma das tendências básicas dentro do processo de valorização do capital (implicaria em acelerar sua acumulação) constitui-se na forma específica de desenvolvimento das forças produtivas, com o privilégio dos meios de produção (capital constante), em detrimento do uso da força de trabalho (capital variável). Ocorre, desta forma, e mais

(61) Vide, por exemplo, o aumento das exigências de nível de escolaridade para ingresso no SENAI e SENAC.

acentuadamente com o uso da maquinaria, uma mudança na chamada composição orgânica do capital. Resultado: interfere significativamente na questão da criação de postos de trabalho, de emprego (62).

A seguinte citação nos esclarece:

"Quanto ao capital constante, coloca-se todo o problema da escolha dos investimentos a realizar: o que será preferível, utilizar um trabalhador com um trator (mais unidades de C - capital constante - e menos unidades de V (mão-de-obra) ou, pelo contrário, utilizar dez trabalhadores com uma enxada (mais gastos em V, mas menos gastos em C). Esta revelação V/C, fundamental para entender o desenvolvimento de uma economia chama-se composição orgânica do capital" (63)

Também, deve-se considerar que uma maior acumulação de capital, parte de sua valorização, as vezes (mas nem sempre) depende da redução do uso da força de trabalho, em se considerando o custo dos salários na produção (64). Ou essa re

(62) "O traço mais característico do processo de desenvolvimento na América Latina, nas últimas décadas é o escasso ritmo de criação do posto de trabalho. O modelo de industrialização adotado baseado principalmente na substituição de importações permitiu alcançar, em geral, um ritmo aceitável de crescimento do produto, que não se traduziu entretanto, numa expansão paralela nas oportunidades de emprego produtivo". SOUZA, Paulo Renato, *Empregos, Salários e Pobreza*, São Paulo, Hucitec/Fumcamp, 1980, p. 128. No caso do Brasil, como indício da baixa criação de oportunidades de emprego, temos a proliferação dos subempregos, ou trabalho por conta própria, que fogem às relações capitalistas de trabalho, e que atingem um número bastante significativo com relação ao total da força de trabalho e que, inclusive, se colocam à parte da política salarial: alternativa ao desemprego.

(63) DOWBOR, L., *O que é capital*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 16. (Primeiros Passos).

(64) O uso de uma força de trabalho não qualificada, abundante e barata seria uma forma de reduzir o custo do trabalho na produção. Esta perspectiva deve ser tomada com relação ao Brasil.

dução pode ser motivada pela necessidade de se reduzir, como vimos a participação do trabalhador na produção e, com isso, reduzir a interferência de fatores subjetivos, difíceis de serem controlados (como sabotagem, resistência às normas de trabalho), o que interfere na problemática de valorização do capital.

A partir daí podemos compreender aquilo que há de inspirar os mecanismos de seleção nas indústrias ou as ideologias sobre o trabalho: devem ter como preocupação central a resistência do trabalhador à disciplina imposta pelas normas do trabalho, ditadas pelo objetivo de valorização do capital.

Quando afirmamos que houve uma ampliação do acesso à escola, não queremos afirmar que esse acesso tenha se ampliado satisfatoriamente. Ainda prevalece a famosa pirâmide educacional, revelando, inclusive, que além da seleção ao longo dos níveis escolares (que acompanha fenômenos de evasão e repetência), temos a não acesso para a maioria dos brasileiros. Nesta perspectiva, a questão da escola desigual cresce de importância e ela reproduzirá o trabalho desigual.

E tendo em vista a relação entre acesso ao trabalho via acesso a escola, como o revela o aumento de requisitos de escolaridade para o desempenho de determinados trabalhos, a afirmação de que a escola favorece o acesso ao trabalho parece validar-se. Com isso, poderíamos tender a afirmar que a escola realmente qualifica para o trabalho. Será? Ou então, que a escola funcionaria não apenas como qualificadora mas, especialmente, como uma das formas de controle do acesso ao trabalho, quando sua oferta tende a diminuir. Os requisitos de escolaridade tornam-se na maioria das vezes, uma exigência meramente formal, onde se constituiria no argumento ideológico para bar

rar o acesso ao trabalho quando sua oferta decai. O mecanismo funcionaria, de um modo geral, da seguinte forma: em épocas de recessão⁽⁶⁵⁾, a produção desacelera, diminui-se a oferta de empregos, aumenta-se a oferta de força de trabalho (aumento do exercito de reserva), em consequência, aumentam-se os requisitos escolares, diminuem-se os salários.

Podemos, em suma, retirar que:

- a. Há um controle sobre o acesso ao trabalho que foge ao âmbito da escola, situando-se no âmbito da dinâmica da produção, relativas ao processo de valorização do capital e, dentro dele a direção do desenvolvimento das forças produtivas e a mudança na composição orgânica do capital;⁽⁶⁶⁾
- b. que a escola pode interferir na questão do acesso ao trabalho quando procura atender, em sua proposta de qualificação, aos requisitos da produção. A escola contribui para o controle do acesso ao trabalho na medida em que discrimina ou seleciona (de acordo com os comportamentos tidos como válidos na produção, por exemplo), impedindo, vezes, o acesso a seus níveis diferentes, favorecendo ou não as possibilidades de acesso a determinados postos de trabalho.

Assim, temos que a escolaridade desigual (níveis distintos) reproduz o trabalho desigual, em consequência, a participação desigual dentro da produção, de sua hierarquia que, por sua vez, implica em toda a questão do saber e poder e, portanto, do controle sobre a produção.

(65) SANDRONI, Paulo, *O que é Recessão*, São Paulo, Brasiliense, 1981 (Primeiros Passos, 30).

(66) Ver BELLON, Bertrand, *Desemprego e Capital*, Porto, Ed. A Regra do Jogo, 1975.

CONCLUSÃO

Analizamos, no Capítulo III, a questão da qualificação para o trabalho através da escola dentro de seus três aspectos constitutivos — formação técnica de uma força de trabalho, transmissão de uma ideologia sobre o trabalho e seletividade.

As questões levantadas e discutidas só puderam ser elucidadas através da análise do trabalho dentro da específica situação de produção capitalista, vista no Capítulo II.

É nessa produção que possível se tornou evidenciar os limites e possibilidades que se colocam ao problema da qualificação para o trabalho via escola, bem como delimitar o papel atribuído à escola. É, afinal, na produção e não na escola que se define o uso da força de trabalho e, portanto, os requisitos da qualificação.

A questão do uso da força de trabalho nos remete aos limites da participação do trabalhador dentro do processo de produção. Esses limites se referem tanto às possibilidades de interferência nas decisões sobre a produção (o que, para que, como e para quem produzir), quanto às possibilidades de acesso à produção (direito ao trabalho). E, por sua vez, esses limites determinam o tipo específico de organização do trabalho.

Mas, afinal, o que determina esses limites? Esses

limites são determinados pelo objetivo conferido ao processo de produção: valorização do capital. Em função desse objetivo, a produção se organiza, as relações entre os seus participantes são reguladas e limitadas, as tendências de evolução se definem. Em função desse objetivo o trabalho se subordina ao capital.

O trabalho, estando subordinado ao objetivo de valorização do capital, só adquire um significado sendo tomado na perspectiva do capital, ou daquilo que o representa dentro da organização do trabalho — a direção capitalista que o controla, avigia, subordina e utiliza. Fora dessa referência permanece sem um claro sentido, senão uma tênue relação entre trabalhadores individuais, em competição por uma situação hierárquica melhor, relação despojada de um conteúdo social mais amplo. Esse sentido restrito do trabalho (diferente do sentido amplo colocado no Capítulo I), será reforçado pela ideologia (analisada no Capítulo III) que transmite uma concepção meritocrática da sociedade, a qual coloca o trabalho como sendo objeto de competição e não de cooperação. Acirra-se o individualismo, as relações se desfazem, as classes se diluem: o indivíduo crê que tem força.

No entanto, dentro do capitalismo, o indivíduo, devido à acentuada divisão técnica do trabalho, à simplificação do conteúdo de seu trabalho, à facilidade de ser substituído e, portanto, a independência gradativa do processo de produção quanto às suas habilidades, perde totalmente a força política. Essa força política é deslocada para o conjunto dos trabalhadores, único capaz de resistir ao capital, de fazer frente, greves, afetar o ritmo da produção.

A ideologia individualista faz crer o contrário. É esse, pois, o grande efeito das ideologias sobre o trabalho

que a escola ajuda a transmitir. Seu propósito é claro: conciliar o objetivo da produção capitalista (valorização do capital, o que compreende a mais-valia) com a resistência do trabalhador (que se constitui em empecilho à valorização do capital).

Se é a situação do trabalho que define a posição do indivíduo na realidade da produção, se é essa produção, como um determinado conjunto de relações (possíveis, mas não únicas) que determina e se reflete nas demais esferas da sociedade. É, portanto, através do trabalho que o indivíduo se situa nessas relações, se coloca em uma de suas perspectivas, define seus interesses, sua participação política (Vide Capítulo I).

Se o trabalho não é percebido enquanto relações, as quais sintetizam as questões cruciais da realidade social (propriedade privada, desigualdade social, dominação, poder etc...), o indivíduo se vê impossibilitado de se situar em qualquer perspectiva, sua possibilidade de compreensão da totalidade da sociedade capitalista se limita.

A impossibilidade de compreender a dinâmica de funcionamento da produção se agrava, é reforçada pelos limites impostos pela participação do trabalhador nessa produção. É este o processo de perda de controle sobre a produção por parte do trabalhador - a tendência nevrálgica de evolução do trabalho no capitalismo, imposta pela valorização do capital (como necessidade de garantir o controle e domínio da produção). Este aspecto determinará o conteúdo da qualificação para o trabalho via escola.

Essa perda de controle implica na limitação da

participação do trabalhador nas decisões sobre a produção. De um lado, o trabalhador não mais participa de toda a produção, se especializa, o domínio de um ofício lhe é destituído, o conteúdo de seu trabalho é reduzido, enfim, o saber fazer lhe é apropriado. De outro lado, como reflexo dessa apropriação do saber fazer, a maioria dos trabalhadores não mais interfere na organização de seu trabalho. Essa organização é delegada àquele que detem o saber científico; já que a produção se tornou a aplicação tecnológica da ciência (com a tendência para o privilégio dos meios de produção e seu desenvolvimento, em detrimento do uso da força de trabalho). Controlar a produção, significa também controlar o saber fazer. E, cada vez mais, o saber fazer pressupõe o domínio do conteúdo da ciência.

Neste sentido, como colocamos no Capítulo III, reside a importância política da escola. Até que ponto a escola, dentro de seus mecanismos seletivos favorece o acesso aos níveis superiores, níveis nos quais se transmite a Ciência? Até que ponto a escola interfere no acesso ao trabalho, interferindo na situação do indivíduo em uma perspectiva da produção?

O domínio da Ciência, enquanto um conjunto de saberes, garante, não somente o controle do saber fazer na produção, mas também o controle da sociedade que é baseado no controle da produção. Também possibilita o predomínio de uma visão da sociedade. E enquanto aquele que controlar os meios de produção, subjugar o trabalho, e detiver o saber científico, é capaz de fazer prevalecer uma determinada, restrita e funcional visão da sociedade: a visão que garante a permanência do status de dominação. Isto, em última análise, implica em restringir o espaço das relações entre os homens e, portanto, reproduzir determina-

da sociedade, determinado modo de existir (é o que as ideologias, como um conjunto de valores, leva a aceitar determinadas relações (ou comportamento) como válidas ou normais e outras como absurdas, anormais, imorais).

A perda de controle sobre o processo de produção tem um significado muito mais amplo e diz respeito à um limite à possibilidade de conhecimento sobre a realidade social, um limite à praxis, um limite à participação política, um limite à possibilidade de transformação, além dos limites das relações aceitas: revolução.

A cumplicidade da escola neste processo determina-lhe seu papel político. Quando ela qualifica para o trabalho, tentando atender aos requisitos da produção, nada mais faria do que reforçar a perda de controle sobre a produção por parte do trabalhador, garantir a eficiência do processo de valorização do capital. Nada mais faria do que ensinar ao futuro trabalhador quais os limites de sua participação dentro da produção, ensina a se comportar no trabalho, frente a uma divisão técnica, frente à hierarquia, frente ao rígido sistema de controle e vigilância (representativos da restrição de sua participação nas decisões sobre a produção). E ao ensinar a respeitar os limites de sua participação na produção, ensina, em contrapartida, os limites de sua ação e participação política, os limites de sua interferência nos destinos da realidade social. É esta pois a função da escola.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Neuma (org.), *Hierarquias em Classe*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa, Presença, 1974.
- BENDIX, Reinhard, *Trabajo y Autoridad en las Industrias: Las Ideologías de La Dirección*. Buenos Aires, Eudeba, 1966.
- BELLON, Bertrand, *Desemprego e Capital*. Porto, A Regra do Jogo Ed., 1975.
- BERGER, Manfredo, *Educação e Dependência*. São Paulo, Difel 1976 (Col. Corpo e Alma do Brasil).
- BISSERET, Nöelle, *Les Inegaux ou La Selection Universitaire*. Paris, P.U.F., 1978.
- BOWLES, S. e GINTIS, H., *Schooling in Capitalist America: Educational Reform and the Contradictions of Economic Life*. London, Basic Books, 1976.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C. *A Reprodução - Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- BRAVERMAN, H., *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho do Século XX*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- BURNS, T. (org.), *El Hombre Industrial*. Buenos Aires, Tiempo Nuevo, 1971.
- BREJON, Moyses (org.), *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- CAFIERO, C., *El Capital Al Alcance de Todos*. Madrid, Júcar, 1977.
- CHAUÍ, Marilena, *O que é a Ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1980. (Primeiros Passos)
- CUNHA, Luiz A., *Política Educacional no Brasil: A Profissionalização do Ensino Médio*. 2.ed., Rio de Janeiro, Eldorado, 1977.
- CUNHA, Luiz A., *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- DECCA, Edgar de, *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Tudo é História, 51).

- DE PALMA, Armando, "A Organização Capitalista do Trabalho em O Capital de Marx" In: DE PALMA, et alii, *A Divisão Capitalista do Trabalho: como o Capitalismo Organiza o Trabalho*. Lisboa, Iniciativas, 1976 (Col. Séc. XX-XX)
- DEWEY, J., *Liberalismo, Liberdade e Cultura*. São Paulo, Nacional, 1970.
- DURAND, C., *El Trabajo Encadenado: Organización Del Trabajo y Dominación Social*. Madrid. H. Blume. (s.d.)
- DOWBOR, L., *O que é o Capital*. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Primeiros Passos).
- ESTABLET, R., "A Escola", *Revista Tempo Brasileiro* (35): 93-125, out-dez, 1973.
- FETSCHER, Iring, "Mudanças na Importância Econômica e no Sentido do Trabalho", *Rev. Concilium*. Rio de Janeiro, Vozes (180):70-8.
- FREITAG, Bárbara, *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, Edart, 1977.
- FINKEL, S., "El Capital Humano: Concepto Ideológico", In: *La Educación Burguesa*, México, Nueva Imagen, 1977, p. 263-299.
- FRIEDMAN, G., *O Trabalho em Migalhas: Especialização e Lazer*. São Paulo, Perspectiva, 1972 (Debates Ciências Sociais, 53).
- GARDINER, J. et alii, *Classes e Estruturas das Classes*. São Paulo, Martins Fontes, 1982.
- GARDINER, Patrick, *Teorias da História*. 2.ed., Lisboa. Calouste Gulbenkian, 1974.
- GINTIS, H., "Educación, Tecnología y Características de La Productividad del Trabajador", In: BIASSUTO, C. (org.), *Educación y Clase Obrera*. México, Nueva Imagen, 1978, p. 55-80.
- GORZ, André, "Técnica, Técnicos e Luta de Classes", In: *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980, pp. 213-48 (Novas Direções).
- GOUVEIA, A. Joly, *Democratização do Ensino e Oportunidades de Emprego*. São Paulo, Loyola, 1981 (Educ-Ação, 4).
- GRUBB, W.N. e LAZERSON, M., "Continuidad y Falacia em La Educación Profesional". In: BIASSUTO, C., *Educación y Clase Obrera*. México, Nueva Imagen, 1978, pp. 21-54.
- HARNECKER, M., *Os Conceitos Elementais do Materialismo Histórico*. (s.l.), (s.c.p.), (s.d.).

- HORKHEIMER, Max, *Eclipse da Razão*. Rio de Janeiro, Labor do Brasil, 1976.
- KOSIK, Karel, *Dialética do Concreto*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- KUHN, Reinhard. *Liberalismo y Fascismo: dos Formas de Dominación Burguesa*. Madrid, Fontanella, 1978 (Libros de Confrontación, 10).
- LUCKACS, G. "La Conscience de Classe" In: *Histoire et Conscience de Classe: Essais de Dialectique Marxiste*. Paris, Minutt, 1960, p. 67-107.
- MANACORDS, M., *Marx y La Pedagogia de Nuestro Tiempo*. U.S.P.U.A.G. (s.d.).
- MARGLIN, Stephen, "Origens e Funções do Parcelamento das Tarefas". In: *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980, pp. 39-77 (Novas Direções).
- MARX, Karl, *A Ideologia Alemã*. 3. ed., Vol. I, Lisboa, Presença, 19.
- MARX, Karl, *O Capital*. 5.ed., Vol. I e II, Primeiro Livro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl, "Introdução à Crítica da Economia Política", In: *Para uma Crítica da Economia Política*. Porto, Escorpião, 1974.
- MILLS, W., *A Nova Classe Média*. 2.ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- NAPOLEONI, Claudio, *Lições sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx*. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981.
- NAVILLE, P. *Theorie de L'Orientation Professionnelle*. Paris, Gallimard, 1972.
- PEREIRA, L. (org.), *Desenvolvimento, Trabalho e Educação*. 2. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- POULANTZAS, N. *Poder Político e Classe Sociais*. Porto, Portucalense, 1972.
- PALLOIX, C. et alii. *Processo de Trabalho e Estratégias de Classe*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- POULANTZAS, N. "Escola em Questão", In: *Revista Tempo Brasileiro*.
- REWTHORN, Bob, "Economia Política, Neo-Classicismo, Neo-Ricardianismo e Marxismo", In: *Para uma crítica da Economia Política*. Porto, Escorpião, 1974.

- ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil: 1930-1973*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- ROVANET, S.P. *Imaginário e Dominação*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978 (Col. Diagrama, 9).
- ROSDOLSKY, Roman, *Genesis y Estructura de El Capital de Marx (Estudios sobre los Grundrisse)*. México, Siglo Veintiuno, 1978 (Biblioteca del Pensamiento Socialista, Serie Ensayos Críticos).
- RUGIU, A. Santoni, "Utopia Educativo y División de Trabajo" In: *Educación u Clase Obrera*. Mexico, Nueva Imagen, 1978.
- SALM, Claudio L. *Escola e Trabalho*. São Paulo, Brasiliense 1981.
- SANDRONI, Paulo, *O que é recessão*. São Paulo, Brasiliense, 1981 (Primeiros Passos).
- SARTI, Ingrid, "A Crítica à Ideologia da Educação Capitalista: seus Enfoques, seus Impasses", In: *Educação, Ideologia e Estrutura Ocupacional*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1979.
- SANTOS, Laymert G. dos, *Alienação e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Primeiros Voos).
- SOUZA, P.R. *O que são Empregos e Salário*. São Paulo, Brasiliense, 1981 (Primeiros Passos).
- SOUZA, P.R., *Empregos, Salários e Pobreza*. São Paulo, Hucitec/Funcamp, 1980 (Teses e Pesquisas).
- SWEEZY, P., "Para uma Crítica da Economia Política", In: *Para uma Crítica da Economia Política*. 3.ed., Porto, Escorpião, 1974.
- VACHET, André, *La Ideologia Liberal*. Tomo II, Madrid, Fundamentos, 1973.
- VASCONI, T., "Ideologia, Lucha de Clases y Aparatos Educativos en el Desarrollo de América Latina", In: *La Educación Burguesa*. México, Nueva Imagen, 1973, p. 173-236.
- VASCONI, T., "Aportes para uma Teoria de La Educación", In: *La Educación Burguesa*, Nueva Imagen, 1977, p. 301-339.
- VASQUEZ, A.S., *Filosofia da Praxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- VELLOSO, J.R., "Socialização e Trabalho: Escola e Produção Capitalista", In: *Revista Educação e Sociedade*. Cortez e Moraes/Cedes, São Paulo.
- WARDE, M.J. *Educação e Estrutura Social: A Profissionalização em Questão*. 2. ed., São Paulo, Cortez e Moraes, 1977.
- ZICCARDI, Alicia, "Educação e Estrutura Ocupacional no Brasil: 1940-1970" In: *Educação, Ideologia e Estrutura Ocupacional*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1979.